

**UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE DIREITO**



ROBERTA WEBBER GUGEL

**ANÁLISE ECONÔMICA DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUXO E
GRANDES FORTUNAS SOB O VIÉS REDISTRIBUTIVO**

**LISBOA
2017**

ROBERTA WEBBER GUGEL

**ANÁLISE ECONÔMICA DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUXO E
GRANDES FORTUNAS SOB O VIÉS REDISTRIBUTIVO**

Dissertação de mestrado apresentada ao Gabinete de Estudos Pós-Graduados da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Direito.

Área de concentração: Economia e Análise Econômica do Direito

ORIENTADOR: Professor Doutor Fernando José Borges Correia de Araújo

**LISBOA
2017**

ROBERTA WEBBER GUGEL

**ANÁLISE ECONÔMICA DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUXO E GRANDES
FORTUNAS SOB O VIÉS REDISTRIBUTIVO**

Esta dissertação foi julgada adequada para a
obtenção do título de Mestre em Direito e
aprovada em sua forma final pelo Orientador e
pela Banca Examinadora.

Orientador:

Prof. Dr. Fernando José Borges Correia de Araújo

Banca Examinadora:

Prof. Dr. _____

Prof. Dr. _____

Prof. Dr. _____

Coordenador do Gabinete de Estudos Pós-Graduados:

Prof. Dr. _____

Lisboa,

_____.

|

À minha mãe, meu porto seguro. **Sempre**

*“Para ser grande, sê inteiro: nada
Teu exagera ou exclui.
Sê todo em cada coisa. Põe quanto és
No mínimo que fazes.
Assim em cada lago a lua toda
Brilha, porque alta vive”*

(Pessoa, Fernando. Odes de Ricardo Reis)

“Que amor é este que me faz ir e voltar, Lisboa?”

AGRADECIMENTOS

Sem ter a menor ideia do que me esperava, embarquei no avião com destino a Lisboa e fui agraciada com a mais bela e desafiadora experiência de minha vida. A vivência em terras portuguesas ampliou meus horizontes, gerou crescimento em termos acadêmicos, profissionais e pessoais e, principalmente, representou o período mais feliz de toda a minha existência. Sinto-me, portanto, em constante dever de agradecer e retribuir àqueles que contribuíram para a conclusão desse desafio.

Meu maior agradecimento sempre será à minha mãe, que me ensinou a sonhar alto e, tão alto eu sonhei, que me tornei aluna da Universidade de Lisboa. O meu sonho apenas se tornou realidade graças ao seu imenso esforço e determinação. Corro o risco de não conseguir expressar a dimensão de minha gratidão e de meu amor por meio de palavras, diante do significado e importância da Dona Marlene em minha vida.

Agradeço também aos irmãos de alma que fiz durante minha trajetória acadêmica, por todo o apoio e incentivo, bem como pelos momentos inesquecíveis de alegria. Sem a cumplicidade e carinho desses amigos, minha caminhada teria sido muito mais difícil.

Por fim, agradeço ao Professor Doutor Fernando Araújo pelas valiosas lições que aprendi no decorrer do curso de mestrado.

Porto Alegre, abril de 2017.

RESUMO

A extinção das condições extremas de pobreza e a diminuição das desigualdades sociais são vistas como prioridade no âmbito das sociedades justas. Na seara da satisfação das mínimas condições de sobrevivência, os aspectos sociais das decisões econômicas passam a competir com o pressuposto da racionalidade econômica, que opera em favor da eficiência. Nesse contexto, o presente trabalho pretende analisar se a solução apresentada como a mais justa e simples, que consiste no agravamento da carga tributária incidente sobre a camada mais rica da sociedade no âmbito do consumo dos bens de luxo e sobre as grandes fortunas, é a melhor para que a riqueza seja redistribuída de forma coerente e justa. Objetivando compreender até que ponto a intervenção estatal com finalidade de promoção da justiça social poderá sacrificar a eficiência econômica, o estudo será realizado em duas partes: a primeira parte abordará as questões relativas à teoria da tributação, enquanto a segunda analisará os aspectos da incidência da tributação sobre o consumo de bens de luxo, bem como sobre as grandes fortunas. Será demonstrado que o excesso de gravame decorrente da intervenção estatal para diminuição das desigualdades sociais poderá gerar nefastas consequências, haja vista que o agravamento dos impostos que recaem sobre os ricos oculta uma gama muito mais complexa de questões, que culminam, de forma contraditória, no aumento do encargo incidente sobre as camadas mais baixas da sociedade, perpetuando, pois, a condição de pobreza. O trabalho afirmará que, em que pese a intenção redistributiva dos legisladores, em grande parte, as propostas de tributação apresentadas pelo governo ignoram o fato de que o mecanismo livre da oferta e da procura acaba por gerar comportamentos que vão de encontro ao previsto legalmente. A interpretação isolada da esfera jurídica mostra-se completamente equivocada, eis que o mercado, *de per se*, por meio do comportamento econômico da sociedade, altera a intenção com a qual a determinação tributária foi criada.

Palavras-chave: Análise econômica da tributação; Imposto sobre grandes fortunas; Tributação sobre o luxo; Redistribuição de Renda; Justiça Fiscal.

ABSTRACT

The extinction of poverty's extreme conditions and the reduction of social inequalities are seen as a priority in fair societies. For the fulfillment of basic needs, the social aspects of economic decisions compete with the economic rationality, which operates in favor of efficiency. In this context, the present study aims to analyze if the solution treated as fairest and simplest, consisting of the increase of the tax burden of the wealthiest - consumption tax of luxury goods and wealth tax -, is the best to the fair wealth redistribution. With the aim of understanding the right extent to state intervention to promote social justice may sacrifice economic efficiency, the study will be conducted in two parts: the first part will deal with the optimal taxation theory, while the second will analyze aspects of the incidence of consumption tax of luxury goods, as well as on large fortunes. It will be demonstrated that the deadweight losses from state intervention to reduce social inequalities could have harmful consequences, culminating in a contradictory way increased taxes imposed to the poor, perpetuating the poverty condition. The paper will argue that, despite the redistributive intent of legislators, to a large extent, the proposals of taxation presented by the government ignore the fact that the free mechanism of supply and demand ends up generating behaviors that go against what is legally planned. The isolated interpretation of the law is completely mistaken, since the market, through the economic behavior of society, alters the intention with which tax was created.

Keywords: Economic Analysis of Law; Wealth Tax; Luxury Tax; Redistribution Of Income And Wealth; Fair Taxation

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
PARTE I.....	13
2 FINANÇAS PÚBLICAS E POLÍTICA FISCAL	15
3 JUSTIÇA FISCAL E EFICIÊNCIA	21
4 TEORIA DA <i>PUBLIC CHOICE</i>	23
4.1 Tributação e Escolhas Públicas.....	25
5 ONERAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	26
5.1 Teoria Da Tributação Ótima.....	29
6 REDISTRIBUIÇÃO DE RENDA PELA TRIBUTAÇÃO.....	34
PARTE II.....	37
1 TRIBUTAÇÃO SOBRE GRANDES FORTUNAS	38
1.2 Imposto sobre grandes fortunas (IGF): A experiência brasileira	39
1.3 A Experiência Internacional	41
1.4 Capacidade e Benefício	42
1.4.1 O princípio do benefício	44
1.5 Taxação Progressiva e Proporcional	46
1.4 Análise Econômica	48
1.4.1 A conceituação de fortuna.....	50
1.4.2 Aspectos Operacionais: Os custos de acatamento e da fiscalização	52
1.4.3 Da Elisão e Evasão Fiscal	55
2 TRIBUTAÇÃO SOBRE O CONSUMO.....	60
2.1 Tributação Sobre o Luxo.....	64
2.2 Os Efeitos Econômicos do Luxo.....	66
2.3 Teoria Econômica da Elasticidade	68
2.4 Oneração tributária nos bens de luxo	73
2.5 A Curva de Laffer	76
3 CONCLUSÃO	80
REFERÊNCIAS.....	90

1 INTRODUÇÃO

A extinção das condições extremas de pobreza, que constituem situações de desmedida indignidade e revelam cruéis meios para sobrevivência, é tida como prioridade no âmbito das sociedades justas, haja vista que a desigualdade em níveis inquietantes acaba por afetar a homogeneidade interna do corpo social, bem como os valores de solidariedade e benevolência que fundamentam a vida em comunidade.

Em que pese nos últimos 30 anos a população que vivia abaixo da linha da pobreza tenha sido reduzida pela metade, atualmente, 836 milhões de pessoas ainda sobrevivem com menos de 1,25 dólar por dia¹, enquanto que apenas oito homens possuem a mesma riqueza que 3,6 bilhões de pessoas, que compõem a metade mais pobre da humanidade².

Diante desse quadro de extrema desigualdade, mostram-se frequentes as manifestações políticas e populares com o escopo de diminuir o quadro de discrepância de condições entre a população: exige-se, de forma mais enérgica, a intervenção estatal no combate à pobreza, ao passo que os políticos, aproveitando-se da boa vontade e do grau de informação do eleitor mediano, apelam para fórmulas desprovidas de análise jurídico-econômica, que supostamente resolveriam as questões relativas à justiça social e redistribuição de renda.

¹ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. *Principais fatos*: objetivos de desenvolvimento sustentável. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/principais-fatos/>>

Ainda sobre o tema, importante destacar que, em 2015, o Banco Mundial atualizou o valor referente ao limiar da pobreza, que passou a ser considerado o rendimento diário inferior a 1,90 dólar (FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL – FMI; BANCO MUNDIAL – BM. *Objetivos de desenvolvimento numa era de mudanças geográficas*. Relatório de Monitoramento Global 2015/2016. Estados Unidos: Compêncio, 2016, 36p. Disponível em: <<http://pubdocs.worldbank.org/en/919011444230139793/GMR-Overview-and-Exec-Summary-Portuguese.pdf>>.

² OXFAM BRASIL. *A economia para o um por cento*. Documento Informativo da Oxfam: Davos, jan. 2016. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/relatorio_davos_2016>

O agravamento da carga tributária dos mais ricos, acompanhada da diminuição do ônus fiscal que recai sobre os pobres, *prima facie*, apresenta-se como a solução ideal e aparentemente simples para que a riqueza seja redistribuída de forma coerente e justa, justificando-se, portanto, a intervenção estatal no ponto.

Nesse movimento pelo combate à desigualdade, a tributação incidente sobre a parcela da população detentora da maior riqueza ganha destaque, sendo várias as propostas e discussões acerca da imposição de elevados impostos sobre o consumo de bens de luxo, bem como sobre os detentores de grandes fortunas.

Nesse contexto, quando as motivações da intervenção dizem respeito à satisfação das mínimas condições de sobrevivência, os aspectos sociais das decisões econômicas passam a competir com o pressuposto da racionalidade econômica, que opera em favor da eficiência.

Estabelecido o fato social ao qual se pretende como objeto desta pesquisa, partimos à problematização jurídico-econômica: até que ponto a intervenção estatal com finalidade de promoção da justiça social poderá sacrificar a eficiência? Justifica-se a perda dos incentivos particulares para o enriquecimento em prol da redistribuição da riqueza? Qual a medida aceitável de empobrecimento generalizado de uma sociedade a fim de que seja cumprido o objetivo social? E, por fim, o esforço do nivelamento de condições deve prosseguir até o alcance da total igualdade ou deve ser limitado à garantia de mínimas condições à camada mais pobre?

Com base em tais questionamentos, o presente trabalho propõe-se a analisar as consequências da oneração tributária em grandes proporções sobre o consumo dos bens de luxo e sobre as grandes fortunas. O estudo será realizado em duas partes: a primeira parte abordará as questões relativas à teoria da tributação, enquanto a segunda parte analisará os aspectos da incidência da tributação sobre o consumo de bens de luxo, bem como sobre as grandes fortunas. Vejamos de forma pormenorizada alguns detalhes do percurso deste estudo.

Evidenciaremos, na primeira parte, o tema das finanças públicas e políticas fiscais. Tal análise mostra-se importante na medida em que será demonstrada a

importância das receitas tributárias para custeio das despesas inerentes à máquina estatal na satisfação dos objetivos públicos, consoante classificação de Richard Musgrave e Peggy Musgrave.

Ainda, serão realizadas considerações acerca do poder de tributar, com base nas funcionalidades da tributação de Fritz Neumark, bem como serão relembradas noções da limitação do poder estatal na seara fiscal.

A tributação, além de prestar-se ao custeio da máquina estatal, atua como ferramenta para estímulo ou desencorajamento de investimentos a determinados setores da economia, bem como às formas específicas de estruturação de negócios jurídicos ou operações, sendo utilizada como meio de manipulação de comportamentos econômicos. Nesse sentido, a aplicação do imposto pode ter efeitos genuinamente fiscais, visando o aumento geral das receitas públicas, bem como pode ter efeitos extrafiscais a fim de promover determinada reação previsível por parte dos tributados.

O trabalho também abordará questões sobre eficiência e política fiscal, ao passo que há necessidade de identificar um meio-termo entre as perdas de eficiência decorrentes da intervenção estatal e entre a parcela de intervenção pública indispensável ao desempenho da economia, eis que trabalham como um modulador entre equidade e eficiência. Nesse contexto, será debatida a teoria da tributação ótima, cujo desafio maior é identificar um sistema tributário que permita determinada arrecadação fiscal ao mesmo tempo em que atinge objetivos distributivos com a menor perda de eficiência possível.

Doravante, o estudo seguirá para a segunda parte, em que serão tratados especificamente, sob o viés econômico no que tange à redistribuição de renda, o imposto sobre o consumo de bens de luxo e as grandes fortunas.

Daremos início à análise dos impostos incidentes sobre grandes fortunas e, de maneira introdutória, apresentaremos os resultados da experiência internacional na aplicação dessa espécie de imposto. Ato contínuo, serão expostas as tentativas brasileiras de regulamentar a aplicação do IGF, tendo em vista que, entre todos os

tributos abarcados na vigente Constituição Brasileira de 1988, o único que, passados quase 30 anos de sua promulgação, ainda não foi instituído.

O discurso acerca dos impostos sobre grandes fortunas, que o caracteriza como forma essencial para satisfação da justiça social, oculta uma gama muito mais complexa de questões a serem analisadas, que culminam, de forma contraditória, ao aumento do ônus fiscal que recai sobre as camadas mais baixas da sociedade. Nesse contexto, o imposto sobre grandes fortunas é espécie de “figura repetida” no período pré-eleitoral, sendo apresentado em todas as oportunidades de forma simplista a fim de convencer o eleitor-médio da sua importância.

O trabalho defenderá que as propostas de tributação sobre as fortunas ignoram o fato de que o mecanismo livre da oferta e da procura acaba por gerar comportamentos que vão de encontro ao previsto legalmente. A interpretação isolada da esfera jurídica mostra-se completamente equivocada, eis que o mercado, *de per si*, por meio do comportamento econômico da sociedade, altera a intenção com a qual a determinação tributária foi criada. Mostra-se, pois, mandatório repensar a realidade a partir da compreensão da fenomenologia social-econômica, na medida em que possibilita soluções eficazes à satisfação do objetivo almejado pela tributação por meio da mais adequada construção legislativa.

No entanto, conforme será demonstrado no presente trabalho, tal modalidade de tributação, em razão do comportamento dos agentes econômicos, esbarra em celeumas que acabam por influenciar o objetivo fiscal almejado. Em suma, representam, em grande parte, maior sonegação e elisão abusiva; ultrapassam, não raramente, a barreira do confisco; discriminam entre contribuintes e fontes de riqueza; têm altos custos de acatamento por apresentarem complexa técnica de valoração; constituem superposição de incidência, entre outros.

O trabalho seguirá analisando individualmente os principais pontos negativos na incidência de tributação sobre grandes fortunas. O caráter indeterminado da expressão “grandes fortunas” será debatido, seguido do tópico referente aos aspectos operacionais intrínsecos ao imposto, na proporção em que quanto maior a dificuldade de compreensão da imposição tributária, maior o nível de

ineficiência, sobretudo quando, no pólo passivo da relação tributária, estão os sujeitos de maior poder aquisitivo, que conseguem explorar a complexidade: ao exigir que o contribuinte solucione o emaranhado legislativo, o Estado acaba por premiá-lo ao permitir que zonas cinzentas, passíveis de múltiplas interpretações, bem como lacunas legislativas, sejam preenchidas de forma a diminuir a oneração tributária ou, até mesmo, extinguir tal ônus.

Em decorrência do “caráter odioso” da tributação, o indivíduo é levado a evitar de diversas formas o sacrifício de seu patrimônio por determinação estatal, ainda mais quando a legislação fiscal é complexa e o contribuinte conta com o auxílio de profissionais especialistas na área, nesse sentido, será discutida a questão da evasão fiscal.

O tópico seguinte abordará aspectos gerais acerca da tributação sobre o consumo e depois o estudo dará início à exposição sobre a tributação incidente sobre os bens de luxo. A suntuosidade sempre foi vista com “maus olhos” pela sociedade em geral e pela Igreja, sendo objeto de condenação e considerada como produto do egoísmo, vaidade e pretensão de superar os demais. Em um contexto de miséria e grandes desigualdades sociais, não causa espanto a rejeição aos bens de alto valor considerados desnecessários, enquanto que boa parte da população carece de bens básicos.

A tributação sobre o consumo de luxo, de certa forma, é incentivada em razão da fantasiosa sensação de que, por serem bens “supérfluos” e consumidos por indivíduos de alto poder aquisitivo, o imposto cumpriria os objetivos da justiça redistributiva, como uma espécie de “recompensa” à parcela mais pobre da sociedade que não possui acesso a tais bens. Nesse caso, o escopo da tributação é visto com um caráter moralizador e social.

Em que pese a boa intenção em tributar fortemente a camada mais rica da população, o presente estudo abordará a teoria da elasticidade, que, em termos gerais, é configurada como a extensão da sensibilidade das reações tomadas pelos consumidores diante da alteração de preços de bens e serviços. Nesse contexto, demonstra-se que, dada a elasticidade presente na relação comprador-fornecedor dos

bens superiores, ou normais de luxo, ao tributá-los com fins redistributivos, o objetivo estatal seria deturpado e o encargo fiscal não acabaria recaindo tão-somente sobre o consumidor endinheirado.

Ainda, será apresentada a teoria da elasticidade inversa, um dos desdobramentos dos estudos de Ramsey, que dispõe que sobre os bens de maior necessidade, ou seja, com a menor elasticidade-preço, deve recair uma maior onerosidade tributária, de forma a evitar que a reação do contribuinte, no que tange às quantidades demandadas de determinado produto, seja influenciada pelo aumento de preços. Contudo, demonstraremos que sua aplicação isolada fere os princípios da justiça fiscal e tem implicações nefastas no âmbito da equidade, eis que a equidade vertical estaria violada ao passo que os mais ricos estariam sofrendo uma menor oneração fiscal.

Por fim, serão abordadas as questões referentes ao peso morto (*“deadweight loss”*) do imposto incidente sobre o luxo, eis que, quanto maior a elasticidade da demanda-oferta de determinado produto, maiores serão os custos excessivos decorrentes dos encargos tributários. Os impostos sobre o consumo de luxo, em razão de sua natureza de dispensabilidade e alto valor, acabam por atingir graus de elasticidade elevados e a absorção por parte do produtor das obrigações tributárias afetaria as camadas de rendimento baixo e médio da população, na medida em que essas compõem o setor produtivo.

Ao compreender o impacto da elasticidade no mercado, entende-se que, ao onerar o pólo produtivo da relação consumerista, tem-se como consequência imediata a criação de graves problemas sociais, ao passo que se verificará a redução dos salários dos empregados ou demissões. Num cenário mais extremista, pode-se verificar, até mesmo, o encerramento da unidade produtiva, o que levaria à perda de empregos em massa, gerando, assim, um ciclo de desemprego e carência generalizada.

Com base no exposto, o estudo tentará ventilar soluções aos questionamentos ante realizados, no que tange às válidas tentativas de erradicação dos patamares elevados de desigualdade social.

PARTE I

TEORIA DA TRIBUTAÇÃO

2 FINANÇAS PÚBLICAS E POLÍTICA FISCAL

As complexas despesas inerentes à máquina estatal são custeadas por todos os cidadãos, principalmente por meio da tributação, a qual possibilita o funcionamento dos entes estatais, bem como a manutenção das atividades e serviços públicos e coletivos. Tal condição advém do caráter pecuniário do Estado, o qual extrai de forma coercitiva do patrimônio das pessoas físicas e jurídicas, ao lado da receita originada da exploração do patrimônio público, a maior parte do montante necessário para o desempenho de suas funções³.

Conceitua-se a atividade financeira do Estado como a procura de soluções para a satisfação do imenso leque de necessidades públicas, sendo esse o objetivo da Ciência das Finanças Públicas, que almeja esclarecer os fenômenos ligados à obtenção e ao dispêndio do dinheiro necessário ao financiamento estatal, bem como outros efeitos resultantes dessa atividade governamental⁴.

A finalidade máxima estatal é vista como a obrigação de propiciar para as sociedades, bem como para seus indivíduos, o alcance de seus objetivos particulares, ou seja o bem comum, *i.e.* “o conjunto de todas as condições de vida social que consintam e favoreçam o desenvolvimento integral da personalidade humana”⁵.

A obtenção dos recursos necessários para assegurar o cumprimento da função estatal decorre da submissão dos particulares ao *jus imperii*, denominando-se de receita derivada. A receita derivada, se suficiente, pode ser meio exclusivo para adimplemento das despesas estatais, não havendo a necessidade de mobilizar a sociedade para tanto, contudo, consoante será demonstrado, a motivação da tributação não reside apenas no pagamento de despesas públicas, mas também na

³ BORGES, José Souto Maior. *Introdução ao Direito Financeiro*. São Paulo: Max Limonad, 1998, p. 24. “A requisição de coisas e serviços de particulares, ou a sua colaboração gratuita em funções de governo (e.g., júri, serviço militar, composição de mesas eleitorais, etc.), tem, hodiernamente, caráter excepcional”.

⁴ BALEEIRO, Aliomar. *Uma Introdução à Ciência das Finanças*. 17. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2010, p. 9.

⁵ DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos da Teoria Geral do Estado*. 26. ed. São Paulo, Saraiva, 2007, p. 108.

necessidade de intervenção pública fundamental para o adequado funcionamento da economia.

Por outras vezes, o Estado obtém receitas através da administração de seus recursos e bens patrimoniais (*jus gestionis*), quando, a título exemplificativo, da exploração de seu patrimônio ou execução de operações de crédito⁶, sendo que ambas as modalidades de receita configuram-se como essenciais para a satisfação das funções estatais, porquanto estas demandam vultosos dispêndios monetários⁷.

Nesse entendimento, o encargo estatal é visto como uma forma de transferência de riqueza do indivíduo para o Estado, sendo clara a distinção entre os interesses públicos e privados e o poder absoluto estatal perante o contribuinte. Essa polaridade de interesses perfaz o “caráter odioso” do imposto exposto por Adam Smith (1976).

Do ponto de vista positivista, o poder de tributar é decorrente do exercício da competência tributária decorrente da lei, ou seja, é uma competência normativa submetida a procedimentos e normas do arcabouço jurídico. O poder de tributar é justificado na norma jurídica. Nesse contexto, a noção de Estado será substituída por ordenamento tributário e a noção de indivíduo será substituída por sujeito de direito, ou seja, contribuinte e fisco⁸.

Nessa conjuntura, podem ser apontados três fundamentos da limitação ao poder de tributar: i) como um limite ao poder do soberano; ii) como um conjunto de normas que estabelecem as bases para a ocorrência da tributação, tais como competência e regras de não-incidência tributária. Trata-se do exercício da competência normativa, que será definido por cada sistema jurídico consoante suas

⁶ BORGES, José Souto Maior. *Introdução ao Direito Financeiro*. São Paulo: Max Limonad, 1998, p. 35

⁷ Sobre o tema, Meirelles: “os fins da administração pública resumem-se num único objetivo: o bem comum da coletividade administrada. Toda atividade do administrador público deve ser orientada para esse objetivo. Se dele o administrador se afasta ou se desvia, trai o mandato de que está investido, porque a comunidade não institui a Administração senão como meio de atingir o bem-estar social.” (MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 28. ed. São Paulo: Malheiros, 2003, p. 85).

⁸ CALIENDO, Paulo. *Direito tributário e análise econômica do direito*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009, p. 87-89.

particularidades; iii) como a satisfação de um valor, “a garantia à auto-organização privada nos negócios”⁹.

Da classificação de Richard Musgrave e Peggy Musgrave¹⁰ (1989), as obrigações estatais amoldam-se a uma das três seguintes funções: a) alocativa, que diz respeito à alocação de receitas públicas para o oferecimento de bens e serviços à sociedade. Em suma, corresponderia ao oferecimento de bens indivisíveis, em geral não oferecidos pela iniciativa privada, servindo como exemplo o acesso à justiça, segurança, saúde pública; b) a distributiva, que visa a redistribuição das receitas de forma a alcançar um estado mais justo, ou seja, corrigir desigualdades econômicas por meio da repartição da receita pública e, por último, c) a função estabilizadora, que consiste na execução de políticas públicas a fim de equilibrar os fatores sócioeconômicos, tais como altas taxas de inflação e desemprego.

Do trabalho de Fritz Neumark¹¹ (2012), economista alemão, depreende-se três funcionalidades para a tributação: a primeira traduz-se no financiamento de despesas públicas, as quais não podem ser adimplidas por outros mecanismos que não a tributação. A segunda funcionalidade reside no aporte dado pelo ente estatal à geração de desenvolvimento econômico continuado, haja vista ser esse um dos objetivos principais da política econômica. A última função, por sua vez, resta configurada pela perquirição da redistribuição de renda entre os cidadãos, de forma a diminuir a desigualdade econômica, que assola em maior grau, os países em desenvolvimento¹².

⁹ CALIENDO, Paulo. *Direito tributário e análise econômica do direito*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009, p. 90.

¹⁰ MUSGRAVE, Richard e MUSGRAVE, Peggy. *Public Finance in Theory and Practise*. 5. ed. Nova York: McGraw-hill, 1989, p. 5-13 *apud* SANTOS, João Victor Guedes. *Teoria da tributação e tributação da renda nos mercados financeiro e de capitais: entre a equidade e a eficiência; entre a capacidade contributiva e a indução*. 2012. Dissertação (Mestrado em Direito Econômico e Financeiro) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

¹¹ NEUMARK, Fritz *apud* SANTOS, João Victor Guedes. *Teoria da tributação e tributação da renda nos mercados financeiro e de capitais: entre a equidade e a eficiência; entre a capacidade contributiva e a indução*. 2012. Dissertação (Mestrado em Direito Econômico e Financeiro) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012, p. 49.

¹² Em uma perspectiva global, os países latino-americanos em geral, e particularmente o Brasil, destacam-se pela elevada desigualdade da distribuição da renda. Em relação ao Brasil, nos últimos anos, a maior elevação da renda dos grupos mais pobres em relação aos

A classificação das funções do sistema tributário de Neumark demonstra profunda relação com as funções estatais apresentadas pelos Musgrave, de forma a permitir a conclusão de que os objetivos estatais e os objetivos da tributação, quando analisados de forma sistêmica, acabam por emaranhar-se, tornando-se conceitos intrínsecos.

Nesse contexto, para o desempenho pleno das funções públicas que lhe são inerentes, o Estado deve priorizar a formulação de políticas fiscais efetivas, eis que constituem essencial mecanismo de intervenção com intenção de alcançar determinado objetivo.

Portanto, a manipulação adequada da máquina tributária representa não só o aumento das receitas estatais, mas, principalmente, a possibilidade de correta execução das funções do Estado. Verifica-se, pois, a extrema importância do estudo acerca da inserção das políticas fiscais na seara da ingerência estatal em face da sociedade.

O liberalismo, resultante da ascensão da burguesia e defendido por Adam Smith em sua célebre obra *A Riqueza das Nações*, publicada em 1776, defendia, em suma, que o Estado deve abster-se de intervir na vida econômica, assentada no pressuposto de uma ordem natural de existência de leis econômicas pela natureza, que seria capaz de assegurar a harmonia espontânea de todos os interesses. Segundo tal teoria, por intermédio do livre comércio é que o bem-estar econômico seria atingido e os bens, que não espaços públicos, tais como jardins e praças, seriam mais bem explorados pelos particulares.¹³

mais ricos foi determinante para que o Índice de Gini recuasse de 0,545 em 2004 para 0,490 em 2014. Apesar desse notório avanço, o País possui um nível de desigualdade elevado quando comparado com outros países em mesmo estágio de desenvolvimento.

Em Relatório da Distribuição Pessoal da Renda e da Riqueza da População Brasileira divulgado em 2016, com base nos dados tributários fornecidos pela população para a Receita Federal, média, o 1% mais rico acumula 14% da renda declarada no Imposto de Renda e 15% de toda a riqueza. A elevada desigualdade no topo da distribuição de renda tende a limitar a igualdade de oportunidades na sociedade e pode ser um inibidor do crescimento econômico.

¹³ MARTÍNEZ, Pedro Soares. *Economia Política*, 11. ed., Coimbra: Almedina, 2010, p. 195-199.

Entusiasta do jusnaturalismo, Stuart Mill (1859) acreditava em virtudes intrínsecas ao homem, devendo, portanto, ser assegurado o livre exercício da espontaneidade individual. Os equívocos cometidos pelas decisões de cada um não geram tantos efeitos negativos quanto à subjugação estatal, de forma que, ao invés de tutelar os indivíduos, o Estado deveria encorajar e promover o bem de cada um¹⁴.

Ainda que a mínima intervenção estatal tenha gerado inegáveis benefícios¹⁵ (partindo-se do pressuposto de que todas as teorias possuem aspectos negativos e positivos), a concepção individualista da liberdade acabou por gerar uma crescente injustiça social¹⁶.

Resta clara, portanto, a indubitável importância do papel estatal na regulamentação, de forma controlada, da atuação dos agentes econômicos¹⁷. Trata-se de questão já superada na seara política, restando, contudo, a controvérsia no que tange ao grau de existência da intervenção¹⁸.

A política fiscal, além de gerar ao Estado as receitas necessárias para cobrir despesas públicas, também dá azo ao impulso à economia, bem como à redistribuição de renda. O conjunto de tais propósitos caracteriza o tributo, não só, mas também, como instrumento de dirigismo econômico com fim intervencionista em matéria econômica, social e política.

¹⁴ MILL, John Stuart. *On Liberty*. Ontario: Batoche Books, 1859. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/mc000210.pdf>>

¹⁵ DALLARI, op. cit., p. 280.

¹⁶ Sobre o tema, Icilio Vanni “A experiência demonstra que, por um complexo de condições próprias da vida social, alguns podem, agindo com plena liberdade, receber mais ou menos do que a justiça queria que lhes fosse atribuído. A experiência demonstra que, em virtude daquelas condições, podem ser obtidas vantagens não devidas à natureza ou ao mérito, e que, assim, mesmo os piores e os inferiores podem triunfar, com prejuízo dos superiores. A liberdade não basta, pois, para assegurar a justiça e não contém toda a justiça”. (VANNI, Icilio. *Lições de Filosofia do Direito*. São Paulo: Poci Weiss, 1916, p. 242).

¹⁷ Com entendimento diverso ao aqui defendido, Dalmo de Abreu Dallari, op. cit., p. 103: “A falta de consciência das finalidades [do Estado] é que faz com que, não raro, algumas funções importantes, mas que representam apenas uma parte do que o Estado deve objetivar, sejam tomadas como finalidade única e primordial, em prejuízo de tudo o mais. Dois exemplos atuais, ilustrativos dessa deformação, são representados pela superexaltação das funções econômicas-financeiras do Estado e pela obsessão de ordem, uma e outra exigindo uma disciplina férrea, que elimina, inevitavelmente, a liberdade. E como a liberdade é um dos valores fundamentais da pessoa humana, é óbvio que a preponderância daquelas funções, ainda que leve a muito bons resultados naquelas áreas, contraria os fins do Estado”.

¹⁸ SANTOS, João Vitor Guedes, op. cit., p. 48.

Portanto, a tributação, além de prestar-se ao custeio da máquina estatal, atua como ferramenta para estímulo ou desencorajamento de investimentos a determinados setores da economia, bem como às formas específicas de estruturação de negócios jurídicos ou operações, sendo utilizada como meios de manipulação de comportamentos econômicos¹⁹. Nesse sentido, a aplicação do imposto pode ter efeitos genuinamente fiscais, visando o aumento geral das receitas públicas, bem como pode ter efeitos extra-fiscais de promover determinada reação previsível por parte dos tributados.

As políticas estatais devem ser implementadas de forma a ocasionar o mínimo de efeitos negativos para a sociedade (“*minimum loss to society*”), além de influenciar minimamente o sistema de formação de preços, sob pena de criação de ineficiências no sistema econômico. Os efeitos da intervenção estatal estão diretamente ligados à percepção dos agentes econômicos perante o mercado e sua coordenação eficiente.

¹⁹ ARAÚJO, Fernando. *Introdução à Economia*. 3. ed. Coimbra: Almedina, 2012, p. 209.

3 JUSTIÇA FISCAL E EFICIÊNCIA

A eficiência pode ser percebida como a formação da maior produção de efeitos (quantidade de resultados) com a menor utilização de meios²⁰. Para Richard Posner (1977), eficiência é definida como onde “há exploração dos recursos econômicos de tal forma que este valor – satisfação humana é medida pela disposição de pagar por esses bens e serviços – é maximizado”²¹. Trata-se, pois, da “maximização da riqueza”, considerada o conjunto de bens que satisfazem as necessidades e desejos do ser humano.

A maximização refere-se a determinados bens sociais cuja importância é expressiva, sendo necessária a definição de um critério de medida (“*measuring rod*”) da eficiência, em razão dos diversos desejos e necessidades de cada indivíduo, de forma a mensurar as escolhas de cada um²². A amplitude de tal critério deve ser extensa, ao passo que deve abarcar grande diversidade de bens. Os critérios referentes à maximização não encontram unanimidade na doutrina, haja vista que, quando analisados de forma isolada, não têm o condão de constituir uma unidade de medida exata do que se deseja maximizar.

O critério do “*Otimo de Pareto*” funciona como um elemento objetivo de comparação, dada à dificuldade de mensurar “utilidade”. A fórmula de Pareto tem por escopo identificar uma transação que maximiza ganhos para todos os envolvidos: solução maximizadora ótima é aquela que representa vantagem para determinada parte sem que ocorra prejuízo para os demais envolvidos.

Por outro lado, o modelo de Haldor-Hicks prevê a ocorrência de transações eficientes mesmo quando algum dos envolvidos sofre prejuízo. Tal critério determina que a utilidade maximizadora resta configurada quando os ganhos dos vencedores (“*winners*”) compensam as perdas sofridas pelos demais (“*losers*”), ou seja, há eficiência mesmo diante de prejuízos para alguma parte.

²⁰ CALIENDO, op. cit., p. 70.

²¹ “*Efficiency means exploiting economic resources in such a way that value – human satisfaction as measured by aggregate willingness to pay for goods and services – is maximized*” (POSNER, Richard. *Economic Analysis of Law*. New York: Aspen Law & Business, 1977, p. 10).

²² KERMEESTER, Heico. Methodology: General. In: DE GEEST, G.; BOUCKAERT, B. *Encyclopedia of Law and Economics*. v. I-IV. Disponível em <<http://encyclo.fi.nl/law.com>>, p. 386-388.

Em suma, para Pareto, uma mudança será totalmente eficiente diante da inexistência de perdas para todas as partes envolvidas, enquanto que, no modelo de Kaldor-Hicks, há a análise do custo-benefício a fim de identificar se os custos de transação compensam os benefícios. Tais modelos serão analisados de forma mais aprofundada no capítulo destinado à tributação ótima.

As instituições jurídicas, bem como a intervenção estatal, são elementos para encorajar a eficiência econômica da sociedade e funcionam como um “sistema modulador de eficiência e equidade”²³. Há necessidade de identificar um meio-termo entre as perdas de eficiência decorrentes da intervenção estatal e entre a parcela de intervenção pública indispensável ao desempenho da economia²⁴. Sem as receitas derivadas decorrentes da intervenção estatal «*jus imperii*», muitas falhas de mercado seriam perpetuadas, de forma a aumentar a insatisfação coletiva. Por outro lado, a tributação pode gerar retração da performance econômica e consequente perda do bem-estar²⁵.

As falhas de mercado (“*market failure*”) são compreendidas como ineficiências na alocação de bens, geradas, precipuamente, pela presença de externalidades, informações assimétricas, instituições ineficientes, competição imperfeita, etc. A política tributária pode gerar falhas de mercado na medida em que é capaz de interferir na neutralidade econômica e, conseqüentemente, na escolha dos agentes.

O quadro mostra-se ainda mais complexo quando se pondera que, por um lado, como, por exemplo, quando há perdas absolutas de bem-estar, verifica-se excesso de tributação e, por outro, essa mesma carga tributária mostra-se módica, gerando a necessidade de adoção de uma política orçamental deficitária, consoante estudará adiante no presente trabalho.

²³ CALIENDO, op. cit. p. 76.

²⁴ Acerca do tema, Mackaay e Rousseau “Se o poder estatal pode ser, na origem, criado para atender ao interesse geral, seja para defesa, manutenção da ordem pública no seio do grupo, seja para a realização e grandes obras coletivas como sistemas de irrigação, plausível que sobreviva a essas causas, sendo empregado para redistribuir a riqueza à pessoas que não a merecem, o que se faz a pretexto do interesse geral.” (MACKAAY, Ejan; ROUSSEAU, Stéphane. *Análise econômica do direito*. Trad. Rachel Sztajn. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015, p. 160).

²⁵ ARAÚJO, op. cit., p. 250.

4 TEORIA DA *PUBLIC CHOICE*

As regras impostas à coletividade devem ser protegidas por um arcabouço de direitos individuais e por um sistema rígido de repartição de competências previstos em uma constituição formal. Para Niclas Berggren & Nils Karlson²⁶ (2003), essa é a caracterização do constitucionalismo. No seio das instituições democráticas, são tomadas as decisões políticas, em que um conjunto de indivíduos, de acordo com as regras, toma decisões que convertem diversas preferências individuais distintas em uma única escolha coletiva. Trata-se de disputa política orientada por interesses, resultando em um arranjo institucional²⁷.

A teoria da escolha pública ou *public choice theory* vem sendo desenvolvida desde meados dos anos 1950, encabeçada por James Buchanan (1896), em seu livro *The Calculus of Consent*, com o objetivo de analisar, por meio da metodologia econômica, o que costumeiramente é tratado na seara da ciência política: grupos de interesse, processos eleitorais, consentimento e decisões públicas. A teoria da escolha pública trata de analisar a ação coletiva, podendo ser considerada como sucessora, por um lado, da democracia; e, por outro, das finanças públicas.

Há escolhas que visam a melhora do bem-estar de todos os indivíduos envolvidos na decisão, portanto, considerados “jogos de soma positiva”, ao passo que estão associadas com a melhoria da alocação dos recursos. Há outras escolhas, por sua vez, cuja função tem caráter, basicamente, redistributivo. Na medida em que alguns perdem com o escopo de que outros ganhem, tratam-se de jogos de “soma nula”.

²⁶ Segundo os autores Berggren e Karlson: “*Constitutionalism is the doctrine that governmental power and the majority rule should be constrained by individual rights and a system of checks and balances, codified in a formal constitution. At the core of this idea is the view that a well-functioning political system needs a clear division of power*” (BERGGREN, Niclas; KARLSON, Nils. *Constitutionalism, Division of Power and Transaction Costs*. 2003. Disponível em: <<http://ratio.se/app/uploads/2003/02/constitutionalism-division-of-power-and-transaction-costs.pdf>>.

²⁷ CALIENDO, op. cit., p. 23.

Os custos para alcance de decisões submetidas à determinadas regras mostram-se relevantes, na medida em que a unanimidade pode ser entendida como base da democracia constitucional e o sistema majoritário pode ser considerado um meio mais econômico para atingir o consenso político. A Constituição, por sua vez, representa um “contrato” garantidor da cooperação social e guia a fim de assegurar a cooperação social e afastar condutas geradoras de perdas gerais²⁸.

Em que pese o papel da norma para frustrar as perdas de bem-estar dos indivíduos decorrentes de condutas egoísticas, as condutas oportunitas podem ser pré-contratuais e pós-contratuais. Paulo Caliendo²⁹ (2009) afirma que até mesmo um texto constitucional pode conter estratégias em prol de determinados grupos decorrentes de decisões eleitorais que não representam o interesse real da coletividade. O “*rent seeking*”, ou captação de renda, é uma espécie de conduta oportunista pós contratual e consiste na redução do valor da cooperação contratual para proveito próprio e ocorre por meio da pressão de grupos privados para criação de direitos e proteções (“*lobbying*”, corrupção, etc.)³⁰. Consiste na obtenção de “favores”, tais como benefícios fiscais, privilégios de âmbito político gerados pela troca de favores com a classe política, criação de barreiras à concorrência, etc³¹.

Beneficiando-se de assimetrias informativas, o problema de “*rent seeking*” apresenta-se de forma mais intensa quanto mais descentralizada e desconcentrada é a

²⁸ “*These institutions and/or rules, as a set, make up the political constitution*” (BUCHANAN, James. *The Demand and Supply of Public Goods*. Item 5.8.9. Disponível em: <<http://www.econlib.org/library/Buchanan/buchCv5.html>>.

²⁹ CALIENDO, op. cit., p. 26.

³⁰ ARAÚJO, op. cit., p. 602.

³¹ Nesse contexto, vale a reflexão realizada por Paulo Caliendo, op. cit., p. 27: “Uma pergunta crucial está no papel do judiciário na proteção do interesse público. Será o poder judiciário verdadeiramente independente perante grupos minoritários opostos e egoísticos? Os economistas tenderão a ser, especialmente, céticos ao afirmar que inexiste um terceiro imparcial ao contrato capaz de garantir implementação segura e independente deste. Mesmo que ocorra nominalmente no texto constitucional a previsão da existência de um poder judiciário independente e até mesmo de uma corte constitucional, este não estará de modo algum imune às pressões políticas por parte de grupos que desejam alterar o sentido da Constituição e proteger interesses privados. Igualmente, o próprio judiciário poderá ser portador de interesses particulares em detrimento do interesse constitucional original. Desse modo, o Poder Judiciário também pode ser entendido como parte do fenômeno de *rent seeking* orquestrado pelo Legislativo, pelo Executivo ou mesmo por interesses internos do próprio Judiciário”.

ordem política. Nesse contexto de desalinhos, que culmina em maiores oportunidades de risco moral (“*moral hazard*”) e supervisão deficiente dos representantes (“*agency problems*”), maior a quantidade de grupos que terão a oportunidade de induzir condutas destinadas à satisfação de interesses privados em razão de falhas nos mecanismos de decisão pela maioria³².

4.1 Tributação e Escolhas Públicas

Mostra-se fértil o terreno da incerteza no âmbito fiscal, diante do aumento da complexidade burocrática, elevam-se os custos de acatamento, bem como as assimetrias informativas, tornando praticamente impossível a compreensão de forma clara dos meandros do sistema tributário. Diante de tal quadro, para determinados grupos de interesse, a decisão mais racional, do ponto de vista individual, é aproveitar das falhas do sistema fiscal e orçamentário.

Tais condutas contaminam os partidos políticos, que, na busca por maior poder eleitoral, acabam por ceder à pressão dos grupos, consequência disso é a que todo o sistema de legitimidade tributária é afetado, na medida em que o Estado “omite-se” no dever de tomada de decisões com interesses voltados à maximização do bem-estar da coletividade.

Nessa conjuntura, vale a reflexão acerca das técnicas de conquista do eleitor comum, aquele cujas habilidades para compreensão do sistema fiscal são limitadas. Consoante será adiante demonstrado, a disputa eleitoral limita-se a apelos referentes à justiça fiscal, redistribuição e redução da carga tributária, de forma que a maior parte da população, carecedora de elementos para realização de uma análise crítica acerca das propostas realizadas, sinta-se atraída e motivada a votar em propostas que, supostamente, atingiriam seus interesses.

³² ARAUJO, op.cit., p. 602.

5 ONERAÇÃO TRIBUTÁRIA

Definir a extensão da carga tributária é tarefa custosa e apresenta-se como um dos maiores desafios econômicos a serem superados, não somente em razão da inevitável perda de eficiência na atividade econômica, como também em razão da justiça tributária. A teoria da tributação ótima – que fez atribuir o Prêmio Nobel a James Mirlees e Willian Vickrey –, debatida largamente na ciência econômica moderna, tenta solucionar os problemas advindos da nivelção da oneração tributária.

O conflito entre os objetivos da equidade e eficiência na esfera tributária pode ser entendido como a dificuldade estatal de combinar da melhor forma possível tais propósitos. Em outras palavras, a celeuma tratada pela teoria da tributação ótima é a identificação de um sistema tributário que permita uma determinada arrecadação fiscal ao mesmo tempo em que atinge seus objetivos distributivos com a menor perda de eficiência possível.

A reflexão acerca da efetivação de um sistema tributário ideal deve ser encarada pela Administração como ponto basilar, tendo em conta a necessidade de justificação de tal encargo imposto à sociedade, bem como pela necessidade de promoção paritária da distribuição do montante arrecadado. Em que pese às especificidades próprias de cada nação no que tange aos aspectos sociológicos, econômicos, jurídicos, etc., que levam a aplicações de diferentes medidas tributárias, há diretrizes cujo préstimo é de cunho generalista.

Alguns desses princípios foram estabelecidos por Adam Smith³³ em 1976 e são considerados, até hoje, medulares na teoria da tributação: i) a contribuição deve ser em proporção à capacidade de cada um, restando, pois, caracterizada, em caso de inobservância de tal princípio, a injustiça tributária; ii) a tributação não deve possuir caráter arbitrário, de modo a impedir a insegurança e insolência por parte do

³³ SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua natureza e sua causa*. Trad. Luiz João Baraúna. 2 vols. São Paulo, Nova Cultural, 1976, p. 282-283.

contribuinte; iii) o momento e a forma de pagamento do tributo devem ser os melhores para o contribuinte, reduzindo-se, assim, a perda de eficiência econômica; iv) o cidadão deve fornecer o mínimo de sua propriedade necessária para manutenção estatal e a receita tributária deve ter o máximo aproveitamento de maneira a não estimular a sonegação; v) os custos de acatamento devem ser reduzidos;

Adam Smith já reconhecia que o encargo imposto pela tributação representava um custo adicional para a sociedade, em que pese a necessidade de arrecadação de receitas pelo Estado. Os princípios de Smith referem-se à minimização da perda do “peso morto” (“*deadweight loss*”) ou custo irreparável, que acompanham o ônus fiscal. O excesso de gravame é responsável pela distorção dos preços de mercado dos bens, impossibilitando a obtenção de patamares eficientes de consumo e produção³⁴.

De forma antagônica, ao mesmo tempo, um determinado patamar de oneração tributária é capaz de gerar ineficiências, por ser exagerada ou por ser parca: a intensificação da receita advinda da tributação tem o condão de incentivar o desenvolvimento econômico, por meio da diminuição da dívida pública e do *deficit* orçamental, como também o crescimento será incentivado em caso de diminuição da carga tributária, haja vista o rendimento líquido que restará maior nas mãos dos consumidores e produtores e, conseqüentemente, estimulará o consumo³⁵.

Além das celeumas geradas pela ineficiência, mostra-se de grande relevância a questão da justiça relativa, haja vista que o ônus imposto em razão da tributação deve ser justificado aos contribuintes a fim de que esses percebam o motivo pelo qual lhes foi imposto um sacrifício patrimonial. Nesse cenário, não apenas a justificação deve ser considerada, mas também a necessidade de partilha harmônica do *quantum* obtido, tendo em vista que esta revela a face mais repelida dos impostos, qual seja: a sensação de que a distribuição dos esforços de cada um é

³⁴ SIQUEIRA, Rozane Bezerra de. NOGUEIRA, José Ricardo. BARBOSA, Ana Luiza de Holanda. Teoria da tributação ótima. In: BIDERMAN, Ciro; AVARTE, Paulo. (Orgs.). *Economia do Setor Público no Brasil*. São Paulo: Campus, 2005, p. 174.p. 174

³⁵ ARAUJO, op. cit., p. 521.

executada de forma inigualitária em razão de parâmetros legais³⁶. Revela-se comum a visão limitada de que a ação estatal é abominosa por “abocanhar” parcela da propriedade de forma arbitrária³⁷.

Revela, pois, ser a extensão da carga tributária um dos maiores desafios na seara econômica, eis que, além de representar perda de eficiência global da atividade econômica na qual recai, revela o problema da justiça fiscal, pois influi imediatamente na percepção do contribuinte acerca dos sacrifícios que lhe são impostos: o que acaba por gerar reflexos no grau de acatamento das disposições tributárias, bem como em incentivos à livre iniciativa econômica.

Amilcare Puviani³⁸ (1903) aborda a questão comportamental da oneração tributária ao dispor sobre a forma como o Estado (classe dominante) deve justificar o imposto aos contribuintes (classe dominada) a fim de evitar a resistência popular e o descontamento em razão dos impostos. Em linhas gerais, defende o doutrinador a criação de uma “ilusão fiscal” que leva os contribuintes a acreditar que suportam uma carga menor do que a efetivamente cobrada. A “ilusão fiscal” também remete à

³⁶ ARAÚJO, op. cit., p. 521: “Poderá, efetivamente, admitir-se que a repartição de rendimentos seja fruto do acaso, e que a boa ou má sina de cada um determine o resultado respeitante ao acesso individual à repartição; mas não se admitirá, evidentemente, que o resultado inigualitário da distribuição seja fruto senão de critérios legais, o que traz para o primeiro plano a questão da respectiva justiça – e da respectiva demarcação face à “*grande lotaria*”, que, no dizer já de Adam Smith, é muitas vezes o jogo político”.

³⁷ Quando se analisa a realidade brasileira, em que o hiato entre a arrecadação e a redistribuição de serviço público, bem como os escândalos costumeiros envolvendo os agentes políticos no que tange à utilização da receita fiscal auferida, de certa forma, compreende-se a revolta e o entendimento limitado do cidadão acerca do ônus fiscal que lhe é imposto.

Sobre o tema, Villas-Boas “Em países menos desenvolvidos, é muito comum uma visão da tributação que olha quase somente para as formas de limitar o poder de tributar, que considera a tributação odiosa e o Fisco um carrasco. Essa visão não é completamente errada, mas é incompleta, pouco complexa, e que pode ser exagerada. Ainda que o poder estatal precise ser limitado, que a tributação invada a propriedade do cidadão e que o Fisco possa agir, sobretudo em países menos desenvolvidos, de forma arbitrária: a tributação continua sendo elemento essencial da manutenção do Estado e de realização dos seus fins sociais. Desse modo, é preciso se aprofundar ao máximo nas melhores formas de lidar com essa ferramenta socioeconômica fundamental para os seres humanos”. (VILLAS-BÔAS, Marcos de Aguiar. *A teoria da tributação ótima: Passado, Presente e Futuro*. Disponível em <<https://marcosvillasboas.wordpress.com/2016/11/01/teoria-da-tributacao-otima-passado-presente-e-futuro/>>, 2016.)

³⁸ PUVIANI, Alecanre. *Teoria della illusione finanziaria*, Remo Sandron, 1903.

ideia de que os políticos devem atribuir importância exarcebada aos investimentos realizados com a receita tributária. Em outras palavras, pode-se dizer que os indivíduos devem ser levados a acreditar, pelo Estado, que o benefício auferido pelo pagamento de impostos é mais importante e grandioso perto do suposto exíguo ônus imposto pelo Estado.

A solução parece simples, ao passo que se defende que as decisões políticas, no que tange à tributação, devem considerar a forma como um indivíduo singular poderia atingir um alto grau de eficiência sem apresentar externalidades negativas para os demais e como a ação conjunta poderia aumentar o grau de eficiência de cada indivíduo. Ou seja, o “*trade-off*” entre eficiência e justiça não deve ser tratado com um problema substitutivo, é preciso harmonizar ambos os lados, tendo em vista a complexa interligação entre os comportamentos econômicos.

5.1 Teoria Da Tributação Ótima

Somada à tributação equitativa e à base teórica da troca fiscal, a teoria da tributação ótima apresenta-se como ferramenta crucial para a estruturação de um sistema tributário eficiente e justo. Com origens em Ramsey (1927), que demonstrou que a oneração ótima é inversamente relacionada com a elasticidade-preço dos bens e serviços, foi com Diamond e Mirrlees (1971) que as diretrizes principais acerca do tema foram desenhadas.

Os estudos da teoria da tributação ótima de Diamond e Mirrlees passaram a incorporar o dilema entre eficiência econômica e equidade. A discussão sobre a otimalidade da tributação baseia-se na ideia de que a tributação deve ser compreendida de forma interligada entre suas funções, quais sejam: i) função econômica, que consiste na destinação de recursos para o desenvolvimento do sistema econômico e ii) redistributiva, que se traduz na necessidade de repartir a renda entre os indivíduos de forma a criar uma sociedade mais justa. O escopo de tal teoria é analisar como a receita tributária deve ser arrecadada com o mínimo custo

para a sociedade, levando-se em consideração a capacidade contributiva dos indivíduos existentes.

O cálculo da extensão do imposto ótimo serve de parâmetro na formulação da política tributária, haja vista a reconhecida importância do efeito dos tributos na distribuição de renda dos indivíduos. Tem-se a ideia de que, de um lado, enquanto o Estado procura o modo mais eficiente de tributar os contribuintes, de forma a diminuir a propensão para omissão de informações com objetivo de diminuir o ônus fiscal, por outro, tem-se o indivíduo que percebe o imposto como algo a ser evitado – eis que diminui seu poder aquisitivo –, e, portanto, toma decisões econômicas com o fim de minimizar os “efeitos nefastos” da tributação.

Os fundamentos da teoria da tributação ótima baseiam-se nos “critérios de otimalidade, na especificação das preferências do agente econômico e do bem-estar social e na modelagem dos efeitos de eficiência e equidade”³⁹ e são relatados por meio de dois teoremas fundamentais do bem-estar: o primeiro deles afirma que todo equilíbrio competitivo mostra-se eficiente de forma paretiana, havendo a possibilidade de existirem diversos pontos eficientes correspondentes a diferentes distribuições dos recursos. O segundo teorema, por sua vez, entende que toda alocação eficiente no sentido de Pareto pode ser alcançada por meio da redistribuição de recursos entre os participantes do sistema econômico. Se determinada transação não for considerada como socialmente justa, outra transação eficiente de Pareto pode ser obtida por meio do mercado, desde que realizada uma redistribuição de recursos entre os indivíduos.

Consoante já exposto, a eficiência no âmbito de Pareto pressupõe que não é possível transferir recursos para aumento de bem-estar de um indivíduo sem reduzir o bem-estar de, pelo menos, outro participante da relação econômica. A situação perfeita estaria caracterizada quando se esgotaria a possibilidade de realocações simultaneamente vantajosas para todos os envolvidos.

³⁹ SIQUEIRA, Rozane Bezerra de. NOGUEIRA, José Ricardo. BARBOSA, Ana Luiza de Holanda. *Imposto ótimo sobre o consumo: resenha da teoria e uma aplicação ao caso brasileiro*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001 (Texto para Discussão, 811), p. 1.

Para obtenção do resultado do segundo teorema é necessário que a redistribuição não interfira nas escolhas dos agentes econômicos a fim de que não sejam produzidas distorções e que os requisitos de eficiência sejam satisfeitos. A redistribuição considerada ideal, haja vista que não leva a criação de interferências na tomada de decisões pelos agentes econômicos, deveria ser realida por meio dos impostos e transferências do tipo “*lump sum*”⁴⁰.

Os impostos “*lump sum*” são fixados de forma uniforme “*per capita*” e não sofrem alterações baseadas na capacidade contributiva de cada indivíduo. Para não interferirem na conduta dos sujeitos econômicos, devem basear-se em características pessoais inalteráveis, como, por exemplo, a cor dos olhos, a idade, ou seja, em características que independem, pois, das escolhas individuais e do comportamento dos agentes econômicos. A impossibilidade de verificação das características intrínsecas de cada participante da seara econômica acaba por tornar forçosa a adoção de impostos distorcivos⁴¹, impedindo, pois, a eficiência paretiana, ao passo que a situação de um agente não é passível de melhora sem influenciar negativamente no bem-estar de outro.

Nesse contexto, embora um sistema tributário seja considerado eficiente na medida em que, para a destinação de recursos, seja mínima a interferência estatal sobre o comportamento dos indivíduos, há de se admitir que as condições obrigatórias para o alcance de uma perfeita situação paretiana excepcionalmente serão satisfeitas, devendo, pois, a análise da tributação ótima dedicar-se à teoria do

⁴⁰ “*The general problem of taxation of individuals may be posed as follows. There are a large number of people in any economy who differ with respect to a number of characteristics, in particular their endowments and tastes. On the basis of certain ethical premises, it is decided that individuals with different characteristics should pay varying amounts of tax. If we could observe these characteristics costlessly and perfectly, that would be the end of the analysis: we would simply impose a lump sum tax on individuals, with the amount differing according to their characteristics. The theory of optimal taxation would then be concerned simply with deriving, on the basis of the specified ethical premises, what the functional relationship between characteristics and taxes ‘ought to be’.*” (ATKINSON, A.; STIGLITZ, J. E. The design of tax structure: direct versus indirect taxation. *Journal of Public Economics*, v. 6, p. 56, 1976. Disponível em: <[http://eml.berkeley.edu/~saez/course/AtkinsonStiglitz_JPubE\(1976\).pdf](http://eml.berkeley.edu/~saez/course/AtkinsonStiglitz_JPubE(1976).pdf)>

⁴¹ Idem.

segundo melhor (“*second best*”)⁴². Dessa forma, as ações governamentais e, consequentemente, o planejamento fiscal, considerarão a impossibilidade de eliminação total das distorções geradas pela tributação.

O comportamento dos agentes econômicos, cuja tendência é evitar o encargo financeiro imposto pelo Estado, representa a distorção gerada no âmbito tributário, que implica no peso morto (“*deadweight loss*”) (custo irreparável), que acaba por atuar como uma espécie de medida para auferição da ineficiência de um imposto.

Em relatório divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), as autoras Siqueira e Barbosa⁴³ (2001) dispõem que, em que pese os modelos de tributação ótima, empreguem a combinação dos fatores “equidade”, “simplicidade” e “eficiência econômica”, as discussões referentes à simplicidade acabam por receber menor destaque em razão da dificuldade de conciliar o “design” das normas tributárias, que abragem alíquotas, competência, fato gerador, etc., com os custos administrativos diretos e indiretos de cada imposto.

A tributação ótima pressupõe que, ao invés de considerar a capacidade contributiva efetivamente alcançada, deve-se avaliar a capacidade de produção abstrada do indivíduo (quociente de inteligência ou habilidades inatas) a fim de medir o potencial aquisitivo de renda e, efetivamente, diferenciar os contribuintes com fins tributários⁴⁴.

⁴² “*The necessity for any form of taxation other than a uniform lump-sum tax arises from the fact that individuals have differing characteristics (endowments or tastes). If we could observe all relevant characteristics costlessly and perfectly, we should be able to achieve a first-best solution. However, in practice we have to make use of surrogate characteristics, which are related systematically to the characteristics on which we would like to differentiate individuals, but which are not perfectly correlated and which are, to some extent, under the control of the individual.*” Ibidem, p. 74.

⁴³ SIQUEIRA, Rozane Bezerra de; NOGUEIRA, José Ricardo; BARBOSA, Ana Luiza de Holanda. *Imposto ótimo sobre o consumo: resenha da teoria e uma aplicação ao caso brasileiro*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001 (Texto para Discussão, 811), p. 5.

⁴⁴ Sobre o tema, Lagemann “Mirrlees (1971) e Sheshinski (1972) pressupõem as habilidades inatas como única característica diferenciadora dos indivíduos. Fair (1971) e Atkinson (1973) acrescentam o nível de ensino. Por isso, o ‘modelo do trabalho’ só analisa os efeitos da tributação sobre a oferta de trabalho, enquanto o ‘modelo educacional’ também inclui a análise do efeito da tributação sobre o investimento em educação” (LAGEMANN, Eugenio. *Tributação Ótima*. In: *Ensaio FEE*. Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 405-406, 2004).

Para essa teoria, a tributação é geradora de dois efeitos: efeito-renda e efeito-substituição: o primeiro referente à inevitável diminuição do patrimônio do particular e o segundo tem seu nascedouro no comportamento do indivíduo que busca fugir da conduta do fisco.

No que tange aos efeitos incidentes sobre os bens, o efeito que se evidencia é o da alteração na estrutura dos preços relativos, haja vista que ocorre o encarecimento do bem tributado e a consequente queda da procura, restando caracterizada a teoria elástica⁴⁵.

O objetivo da oneração adequada da carga tributária é maximizar o bem-estar social como um todo: levando-se em consideração o indivíduo como um contribuinte representativo, o objetivo é a eficiência econômica. Por outro prisma, quando se consideram como bem-estar as questões relativas ao critério de justiça social e a junção de várias preferências individuais, almeja-se a redistribuição. Os principais entraves para o alcance da tributação ótima são a dada receita tributária e o comportamento individual diante dos tributos⁴⁶.

⁴⁵ Consoante Lagemann, op. cit., p. 407, a única forma de evitar a elasticidade seria fixar um preço único ao bem (*lump sum*), visando eliminar a perda da eficiência. Contudo, essa forma de tributação trata-se de mero exercício teórico, eis que impossível sua aplicação prática.

⁴⁶ Wiegard, 1987, p. 113 *apud* Lagemann, op. cit., p. 407.

6 REDISTRIBUIÇÃO DE RENDA PELA TRIBUTAÇÃO

Não raramente, o único problema do Direito é apontado como a preservação e promoção da justiça. De forma conservadora, defende-se que a promoção da justiça social é atingida por meio da justiça distributiva, alcançando a “estrutura básica da sociedade”, ou seja, a forma como “as instituições sociais distribuem os direitos e deveres fundamentais e determinem a divisão das vantagens decorrentes da cooperação social”⁴⁷.

A aversão à desigualdade entre os indivíduos é facilmente percebida nos mais diversos níveis sociais, sendo, em geral, reprovável a ideia de que uma pequena parcela da sociedade possui a maioria das riquezas, enquanto que uma grande parcela da população não satisfaz suas necessidades mais básicas em razão da carência de bens e serviços. O bem-estar dos menos favorecidos apenas seria alcançado com a distribuição da parcela arrecadada coercivamente dos mais abastados, eis que seria obrigação estatal o socorro econômico aos desfavorecidos em razão de seus poucos rendimentos e patrimônio.

Diferentemente do que possa parecer, a dicotomia relevante não recai sobre o interesse coletivo e o interesse privado e sim na ponderação (*the big trade-off*) entre eficiência e distribuição de renda, haja vista que medidas de distribuição de renda podem apresentar um custo não negligenciável em termos de perda do produto da economia.

Equilibrar eficiência e justiça é preciso, pois refere-se ao conflito entre incentivar a criação de riqueza e os princípios de solidariedade e justiça social, tão necessários em uma sociedade coesa e que se preocupa com os seus membros⁴⁸.

⁴⁷ RAWLS, John. *Uma teoria da Justiça*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 8.

⁴⁸ Sobre o tema: “A redistribuição constitui entrave à propriedade privada dos meios de subsistência dos cidadãos e, por isso, prejudica a atividade econômica que proporcione a base para tal redistribuição. O príncipe, titular do poder, mesmo se não se der conta disso, enfrenta a escolha entre o consumo imediato desse bem (extorsão acentuada), e uma retenção relativa fundada na esperança de uma base mais bem alinhada por meio de alguma benesse e do crescimento econômico. É uma escolha do empresário, uma disputa, se se quiser, entre o

Quando determinada sociedade possui uma preferência por distribuições de renda mais isonômicas, tal preferência deverá também ser colocada ao lado da preferência dessa mesma sociedade por uma renda maior. Tudo dependerá do quanto a coletividade estará disposta a sacrificar em termos de produto para melhorar a distribuição de renda; e até que ponto estará disposta a afastar a eficiência a fim de consumir a plena igualdade.

Em caso de preferência por redistribuições mais justas, deve-se afastar o cálculo da racionalidade econômica ao serviço da eficiência, tendo em vista que determinados valores sociais tangenciam as barreiras da economia⁴⁹.

Parafraseando Fernando Araújo:

Resta pois, a cada sociedade, encontrar um ponto intermediário em que lhe seja possível preservar a sua coesão sem perder o seu dinamismo econômico, em que a igualdade não tolha os caminhos da liberdade, mas a justiça não seja inteiramente sacrificada à eficiência, em que a opulência não se alimente da iniquidade⁵⁰. (ARAÚJO, 2005, p. 479).

A estrutura dos direitos da propriedade na economia é enfraquecida, comprometendo os ganhos de eficiência a ela associados e, especialmente, reduzindo os incentivos para investir.

Em que pese determinadas restrições existentes para acomodar a interação entre os direitos individuais e coletivos na sociedade, no Brasil, algumas limitações legais aos direitos de propriedade são filosoficamente justificadas com base em

consumo e o investimento. A consideração explica também por que, como observa Olson, a população sujeita a espoliações preferiria o bandido sedentário (*bandit stationnaire*) ao bandido nômade (*bandit nomade (roving bandit)*), este sem qualquer interesse em deixar o que quer que seja para as vítimas. (MACKAAY, Ejan; ROUSSEAU, Stéphane. *Análise econômica do direito*. Trad. Rachel Sztajn. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015, p. 160).

49 ARAÚJO, op. cit., p. 479.

50 ARAÚJO, op. cit., p. 501.

ideologias questionáveis que interferem nos direitos de propriedade em nome da justiça redistributiva⁵¹.

51 SANTINONI, VERA. The Social Function of Property Rights in Brazil. *In: X Conferência Latino Americana e do Caribe em Direito e Economia*, mai. 2016. Anais... Buenos Aires, Argentina. 2006, p. 4.

PARTE II
ANÁLISE ECONÔMICA DA
TRIBUTAÇÃO SOBRE
GRANDES FORTUNAS E DO
CONSUMO DE BENS DE LUXO

1 TRIBUTAÇÃO SOBRE GRANDES FORTUNAS

Trata-se de árdua tarefa determinar quando se deu o início da acumulação de grandes fortunas, contudo, acredita-se que tal prática tornou-se notória após as grandes guerras da Idade Antiga, haja vista que os vencedores se apropriavam de toda a riqueza dos vencidos. Ainda, por influências junto ao governo, tanto na Grécia como em Roma, alguns cidadãos eram isentos do pagamento de imposto, influenciando o surgimento de grandes valores de propriedades privadas. Os aristocratas não eram obrigados a recolher impostos, rentando aos menos abastados (povo, camponeses, estrangeiros e comerciantes) o encargo fiscal para sustento da máquina pública.⁵²

Nas civilizações pré-romanas, bem como nas civilizações posteriores à Idade Média não há registros da imposição tributária sobre grandes fortunas. Os primeiros impostos diretos sobre a renda e a propriedade surgiram na Inglaterra, no ano de 1154, anteriormente à *Carta Magna Libertatum* de 1215. Desde então, em diversos países foram criados impostos semelhantes, contudo, nenhum utilizou a tributação sobre grandes fortunas como fato gerador.

Projetado na Era Fabiana, século XIX⁵³, com o escopo de atingir a justiça social, o imposto sobre grandes fortunas pretendia distribuir os recursos de forma a destiná-los à parcela mais pobre da sociedade, de forma a aliviar os encargos suportados pela atividade produtiva e, conseqüentemente, gerando retorno arrecadatário substancial.

⁵² COMERLATO, Marília Bachi; GIORA, Milena Faria Derato. Imposto sobre grandes fortunas: é possível? *Revista Tributária e de Finanças Públicas*, São Paulo, v. 23, n. 121, p. 191205, mar./abr. 2015, p.194

⁵³ ABRÃO, Carlos Henrique. Imposto sobre grandes fortunas no direito comparado. In: MARTINS, Ives Granda da Silva. (Coord.). *Direito Tributário e Reforma do Sistema*. São Paulo: Editora dos Tribunais, 2003, p. 108.

1.2 Imposto sobre grandes fortunas (IGF): A experiência brasileira

A Constituição Brasileira de 1988 insculpiu diversos tributos, entre eles, o imposto sobre “grandes fortunas, nos termos da lei complementar” (art. 153, VII). O produto da arrecadação de tal imposto, consoante artigo 80 do Ato das Disposições Constitucionais Tributárias, introduzido pela Emenda Constitucional n. 31, de 14.12.2000, foi o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Entre todos os tributos abarcados na Carta Magna, o único que, passados quase 30 anos de sua promulgação, ainda não foi instituído é o Imposto sobre Grandes Fortunas, tendo em vista o seu caráter polêmico desde as primeiras reuniões da Assembleia Constituinte.

A inserção do IGF na Carta Constitucional brasileira foi minada de tumultos, eis que, concomitantemente ao projeto do imposto sobre grandes fortunas, outro projeto era suportado: imposto sobre o patrimônio líquido dos contribuintes em geral⁵⁴. Emendas foram apresentadas com o intuito de fundir ambas as propostas ou extingui-las, contudo, o IGF foi aprovado por 308 votos favoráveis, 84 contrários e 08 abstenções, em um contexto de inserção de medidas socializantes na Constituição Federal, tendo sido objeto de grande influência francesa, tendo em vista que, nos primeiros anos do governo socialista de Mitterrand (1982-1986), adotou-se o “*Impôt sur les Grandes Fortunes*”⁵⁵. Curiosamente, os projetos referentes à inserção do IGF na Carta Magna tiveram como nascedouro projetos que foram discutidos com a população por meio de audiências públicas, caracterizando o imposto como fruto de um procedimento democrático legítimo.

Diversos são os Projetos de Lei apresentados a fim de regulamentar o imposto por meio de lei complementar, sendo o primeiro deles de autoria do deputado paraibano Antonio Moriz. Também pode ser apontado como relevante o projeto que definia como grande fortuna o patrimônio que excedesse dois milhões de

⁵⁴ MOTA, Sérgio F. *Imposto sobre grandes fortunas no Brasil*. Florianópolis: Insular, 2011. p. 65.

⁵⁵ TORRES, Ricardo Lobo. Imposto sobre grandes fortunas no direito comparado. P. 96- 107 In: MARTINS, Ives Granda da Silva. (Coord.). *Direito Tributário e Reforma do Sistema*. São Paulo: Ed. dos Tribunais, 2003, p. 97.

cruzados novos, apresentado pelo então Senador Fernando Henrique Cardoso⁵⁶. Mais recentemente, em 2008, Luciana Genro apresentou projeto de lei complementar sobre o tema, que foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, sendo a regulamentação do imposto uma das “bandeiras levantadas” pela então deputada quando de sua candidatura à Presidência da República⁵⁷.

Em uma primeira instância, a polemicidade de tal tributo adveio do desafio que é auferir o quão grande deve ser o patrimônio para que determinada pessoa física ou jurídica seja taxada como detentora de grande fortuna, haja vista que riqueza é sinônimo de poder e as intuições políticas brasileiras, amargamente, ainda são minadas de cidadãos que compõem a parcela de maior poder aquisitivo do país. Basta uma breve análise histórica acerca da tributação para lembrar que, apenas no ano de 1154, na Inglaterra, é que foram instituídos os primeiros impostos diretos incidentes sobre o patrimônio e renda, sendo oportuna a observação de que os detentores das maiores fortunas sempre se confundiram com os detentores do poder⁵⁸. Chegou-se a apontar que a falta de regulamentação do IGF nada mais é do que exercício da legislação em causa própria⁵⁹.

Divergências no que tange à implantação de tal tributo são inúmeras e poucos os estudos que se propõem a analisar a fundo a pertinência ou não de instituí-lo, resultando no abarrotamento do Congresso Brasileiro de Projetos de Lei acerca de tal tema, que continua sem a devida análise por parte dos legisladores.

A abordagem da tributação das grandes fortunas, além de carecer de atenção no que tange à questão fiscal, também exige que sejam superadas as celeumas de conceituação e conveniência de sua implantação no ambiente macroeconômico.

⁵⁶ BRASIL. *Diário do Congresso Nacional (Seção II)*, de 24.8.89, p. 3063. Diário Oficial, Brasília, 1989.

⁵⁷ LOPES, Elizabeth; ARAÚJO, Carla. Luciana defende imposto sobre grandes fortunas. *O Estado de São Paulo*. São Paulo: Estadão, 22 ago. 2014. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,luciana-defende-imposto-sobre-grandes-fortunas,1548140>>

⁵⁸ COMERLATO, op. cit., p. 194.

⁵⁹ MACHADO “O verdadeiro motivo de não instituição do imposto sobre grande fortunas é de ordem política. Os titulares de grandes fortunas, se não estão investidos de poder, possuem inegável influência sobre os que exercem” (MACHADO, Hugo de Brito. *Imposto sobre grandes fortunas – Sistema tributário na nova constituição do Brasil*. São Paulo: Resenha Tributária, co-edição da Academia Brasileira de Direito Tributário, 1988, p. 367.

Majoritariamente, os doutrinadores brasileiros⁶⁰ posicionaram-se contra a instituição do tributo, eis que levavam em conta as experiências estrangeiras que culminaram na falência de tal imposição tributária. Defendiam os estudiosos que o imposto sobre grandes fortunas se mostrava prejudicial à economia.

1.3 A Experiência Internacional

Traçar um panorama geral da aplicação do imposto sobre grandes fortunas no contexto internacional é o objetivo dessa seção, tendo em vista as diferentes experiências vivenciadas pelas Nações adotantes de tal forma de taxação.

Em que pese com diferenças significativas, os países da Europa Ocidental, com exceção de Reino Unido, Bélgica e Portugal, adotam ou já adotaram o Imposto sobre a Riqueza. A América do Sul possui longa tradição nesse tipo de tributação⁶¹.

Até 2012, Holanda, França, Suíça, Noruega, Islândia, Luxemburgo, Hungria e Espanha mantinham o Imposto sobre Grandes Fortunas, contudo, sete países aboliram o imposto: Áustria em 1994, Itália em 1995, Dinamarca em 1997, Alemanha em 1997, Finlândia em 2006, Suécia em 2007 e Grécia em 2009⁶².

⁶⁰TORRES, op. cit., p. 106: “Em síntese, o imposto sobre grandes fortunas é um tributo arcaico, injusto, de difícil administração e prejudicial à economia. O legislador complementar brasileiro, ao não regulamentá-lo, prestou um benefício ao País”.

MARTINS, Ives Gandra, *Comentários à Constituição do Brasil*, São Paulo: Saraiva, 1990, t.1, p. 270: “De qualquer forma, é um imposto de desestímulo. Quando todos os países do mundo reduzem os impostos patrimoniais, o Brasil ingressa decididamente pela contramão da história ao criar tal imposição.”.

Ainda sobre o tema: SOUZA, Hamilton Dias. *A Constituição Brasileira, Interpretações*. São Paulo: Forense Universitária, p.320-1.

Em sentido contrário: MACHADO, Hugo de Brito. Imposto sobre grandes fortunas – Sistema tributário na nova constituição do Brasil. São Paulo: Resenha Tributária, co-edição da Academia Brasileira de Direito Tributário, 1988, p. 242-269.

⁶¹CARVALHO, Pedro H. B. De. As discussões sobre a regulamentação do Imposto sobre Grandes Fortunas: a situação no Brasil e a experiência internacional. Nota Técnica – IPEA. 2011.

⁶²PERES, CLOVIS BELBUTE. Imposto sobre grandes fortunas: questões controvertidas 25 anos após a promulgação da constituição cidadã; Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012, p. 12

No continente asiático destaca-se a Índia, que instituiu o imposto em 1950 e o mantém até hoje. Na América Latina destacam-se, desde 1972, as experiências da Colômbia e Argentina e no Uruguai desde 1991.

1.4 Capacidade e Benefício

Parte-se do pressuposto que a tributação do rendimento indica o potencial de geração de riqueza de cada indivíduo, de forma a possibilitar a identificação de sua capacidade contributiva, ou seja, qual é a extensão do ônus que poderá recair sobre determinado contribuinte. Ocorre que, quando questionados acerca da disponibilidade para pagar por bens públicos (custeados, portanto, por meio da tributação), há fortes sinais de que os indivíduos omitam sua real preferência, eis que se sabe que se um cidadão deixar de cumprir sua obrigação na integralidade, outros cumprirão e, logo, aquele que não contribuiu poderá usufruir do bem por um valor inferior, ou inexistente, enquanto outros arcam com sua parte⁶³.

Trata-se de “pegar carona” (*free-riding problem*) na oneração tributária comum, em razão do elevado índice de propensão à sonegação de informações necessárias para a correta definição da capacidade contributiva de cada um. O desafio da tributação ótima resta, pois, caracterizado na identificação de formas suscetíveis de superar a assimetria informativa, isso é, convencer a revelação dos dados corretos referentes às preferências dos particulares⁶⁴.

Se o Estado falhar na prevenção das assimetrias informativas, quanto maior o número de cidadãos que seguirem a estratégia de declaração falsa, a procura revelada por determinado bem será necessariamente inferior à procura ótima, consoante se extrai das lições do equilíbrio de Lindahl, de forma que a prestação pública será subofertada. Resto claro, portanto, o paradoxo nesse caso: se, do ponto de vista individual, a omissão de informações mostra-se racional, no âmbito coletivo leva a um resultado irracional.

⁶³ Musgrave, Richard A. *The Theory of Public Finance*. New York: McGraw-Hill, 1959, p. 80.

⁶⁴ James Mirrlees e William Vickrey.

Dessa forma, com o intuito de conciliar a justiça fiscal (alíquotas diferenciadas, progressividade, etc.) com eficiência, a teoria da tributação ótima passou a reconhecer como mais adequada a tributação com base no “rendimento normal” que consiste na produtividade possível de cada indivíduo.

Tal entendimento justifica-se no fato de que a demonstração da produtividade real do contribuinte poderá estar eivada de vícios informativos a fim de praticar a carona “*free-riding*”, com o pagamento de carga tributária inferior à efetivamente devida, enquanto que, ao auferir a produtividade abstratamente possível, o contribuinte: i) não teria vantagem alguma em diminuir o seu empenho produtor, de forma a não criar perdas de eficiência; ii) pagaria de forma correta o devido referente à sua capacidade contributiva, alcançando, portanto, a justiça.

A justiça ou equidade, bem como a eficiência, aparecem como características desejáveis em todo sistema tributário. Nesse sentido, a doutrina econômica apresenta duas concepções distintas acerca da justiça, quais sejam: justiça horizontal e justiça vertical.

O sistema fiscal é considerado horizontalmente equitativo quando indivíduos iguais são tratados igualmente, versando, pois, das pessoas com níveis de renda ou consumo pariformes⁶⁵. A justiça horizontal é equivalente ao princípio da igualdade formal perante a lei. Numa interpretação extremista, o sistema tributário adotante da justiça horizontal estabelecerá tributos fixos para todos os indivíduos com capacidade contributiva similar⁶⁶.

O princípio da equidade vertical, por sua vez, equivale à igualdade material, conhecida pela máxima “os iguais devem ser tratados como iguais e os desiguais

⁶⁵ STIGLITZ, Joseph E. *Economics of the Public Sector*. 3. ed. Nova York/Londres: W.W. Norton and Company, 1999, p. 468.

⁶⁶ A exigência da igualdade formal, se levada ao extremo, acarretaria em um sistema tributário com valores de tributação fixos. Em que pese tal forma de tributação seja considerada absurda, em 1985, a decisão da Suprema Corte no famoso caso “*Pollock v. Farmer Loan & Trust Company*” exemplifica a exigência de igualdade absoluta mencionada, em que a Suprema Corte, por maioria, acabou por acatar os argumentos de que a legislação que introduziu o Imposto de Renda feriu a “uniformidade dos impostos” prevista na Constituição, tendo em vista que o imposto previa uma faixa de isenção de US\$ 4,000, tornando a lei discriminatória.

como desiguais na medida de sua desigualdade”. Consoante tal entendimento, alguns indivíduos possuem o ônus de pagar tributos maiores que os outros, quanto maior for a capacidade contributiva de cada um.

Resta, pois, o problema de definir quais são as distinções aceitáveis que deverão ser consideradas a fim de auferir a capacidade contributiva de cada um, bem como o quanto mais deve pagar aquele que está em posição diferente. Por meio do princípio do benefício, tenta-se estabelecer essas dimensões, à medida que os indivíduos se diferenciariam entre si em razão da extensão do benefício público auferido.

1.4.1 O princípio do benefício

O princípio do benefício é definido como “um regime estrito de tributação de acordo com o princípio do benefício, aonde cada contribuinte seria tributado de acordo com a sua demanda por serviços públicos⁶⁷”, ou seja, os tributos funcionam como a contraprestação que o contribuinte paga pelos benefícios estatais.

Tal abordagem, no final do século XIX, foi associada com o prêmio de seguro, que é proporcional ao valor do bem segurado, ou seja, o valor do prêmio é proporcional à amplitude do risco assumido pela companhia⁶⁸.

Aos estudos acerca do princípio do benefício, foi dada continuidade e, ao invés de entender a tributação de acordo com o benefício como um padrão de justiça, a regra avançou no sentido de ser uma condição de equilíbrio, culminando na teoria de Lindahl⁶⁹.

Em termos gerais, o princípio do benefício exige que seja possível auferir o uso do bem público, de forma que a justiça social restaria cumprida com a realização

⁶⁷ MUSGRAVE, Richard e MUSGRAVE, Peggy. *Public Finance in Theory and Practise*. 5. ed., Nova York: McGraw-hill, 1989, p. 220.

⁶⁸ MUSGRAVE, Richard A. *Teoria das Finanças Públicas*. São Paulo: Atlas, 1974, p. 97.

⁶⁹ Sobre o assunto ler MUSGRAVE, Richard A. *Teoria das Finanças Públicas*. São Paulo: Atlas, 1974, p. 98.

de pagamento proporcional ao efetivamente usado, nada menos, nada mais, como numa espécie de negócio.

Diferentes interpretações ao princípio do benéfico foram realizadas, José Martinhos Simões⁷⁰ (1920), por exemplo, além das críticas relacionadas à dificuldade de “medir” o uso de determinado bem público, defendia ser inaplicável o princípio, visto que acreditava que as classes mais pobres eram as mais beneficiadas pelas instituições sociais, sendo levadas, portanto, a contribuir com impostos mais pesados. Nesse sentido, se adotado o entendimento de que os mais ricos são os que serão mais afetados com defeitos nos serviços públicos oferecidos, estes que deveriam contribuir com mais receitas para manutenção das instituições administrativas.

Hayek⁷¹ (2011), por sua vez, defende a tributação proporcional com base na alegação de que uma pessoa possuidora de mais recursos obterá mais, proporcionalmente, dos benefícios fornecidos pelo governo.

A tributação progressiva é intimamente relacionada com a capacidade contributiva, seja qual for a teoria de fundo da tributação adotada: i) Se adotada a Teoria do Benefício, presumindo-se que aquele que detém maior capacidade contributiva consome mais recursos estatais, devendo, portanto, contribuir mais; ii) Se adotada a Teoria do Sacrifício, o possuidor de maior capacidade contributiva, podendo suportar sacrifício maior em seu patrimônio, assim deve fazê-lo; iii) a Teoria da Participação dos Lucros, por sua vez, não defende a equivalência de sacrifícios, e sim a justa distribuição da carga tributária, a progressividade é justificada em termos de justiça distributiva⁷².

⁷⁰ SIMÕES, José Martinho. *Finanças: despesas públicas, crédito público, dívida pública, domínio fiscal, taxas, imposto, contribuições, predial, industrial, de juros e de registo, orçamento*. Coimbra: Neves, 1920, p. 448.

⁷¹ Hayek. *The Constitution of liberty*. The Definitive Edition. Chicago Press, 2011, p. 316. Disponível em: <<http://14.139.206.50:8080/jspui/bitstream/1/2397/1/Hayek,%20F.A.%20-%20The%20Constitution%20of%20Liberty.pdf>>

⁷² SCHOUERI, Luís Eduardo; MURILLO, Fernando Aurelio Zilveti Arce (coord.). *Direito tributário: estudos em homenagem a Brandão Machado*. São Paulo: Dialética, 1998, p. 380.

1.5 Taxação Progressiva e Proporcional

A maior parte das formas de tributação do rendimento adota a tributação progressiva como forma de justiça, de forma que o pagamento dos impostos seja proporcional ao rendimento de cada um, ou seja, os mais ricos pagam mais, enquanto os mais pobres pagam menos, ocorrendo uma progressividade maior nas taxas marginais do que nas taxas médias com o escopo de discriminar os ricos, ao passo que esses, em tese, teriam uma parcela maior de seus patrimônios comprometida em razão da relação de proporcionalidade entre os patrimônios de cada indivíduo e a porcentagem de incidência da tributação sobre ele.

Desde o início de sua utilização, a progressividade é justificada pelo fato de que a carga tributária deveria ser distribuída de acordo com a “capacidade de pagamento” para garantir “igualdade de sacrifício”, sendo tais ideais alcançados por meio da tributação do rendimento em taxas progressivas⁷³.

Tal modelo de tributação, de certa forma, representa à grande parte da sociedade o alcance do ideal de justiça, sendo tema recorrente nas apelativas propagandas partidárias, haja vista que os mais pobres acreditam que a taxa progressiva acaba por beneficiá-los, na medida em que, aparentemente, acabam por não figurarem na lista de contribuintes taxados sobre o rendimento. A esse cenário, soma-se a sensação confortante obtida pelo eleitor mediano de que sempre haverá uma parcela da sociedade que paga mais impostos do que ele⁷⁴.

A fantasia criada pela progressividade traz à tona o caráter egoísta do eleitor mediano, aquele cujo rendimento tributável encontra-se abaixo do rendimento tributável médio, pois, pretendendo atingir seus objetivos individuais, ou seja, livrar-se da oneração tributária, acaba deixando-se enganar pelo “milagre” da progressividade e, conseqüentemente, acaba por perpetuar as desigualdades sociais. Proclama-se a ideia de que o fardo da tributação pode ser transferido substancialmente para os mais ricos e, diante dessa ilusão, as massas passaram a

⁷³ HAYEK, op. cit., p. 434.

⁷⁴ ARÚJO, op. cit., p. 530.

aceitar uma carga fiscal muito mais pesada do que teriam feito de outra maneira⁷⁵. Ao fim de tudo, ao procurar maximizar seu bem-estar individual, o eleitor mediano acaba por autossabotar-se, ao passo que o ideal redistributivo nunca é atingido, consoante será demonstrado.

Numa primeira análise, a taxação progressiva pode parecer um eficiente mecanismo de diminuição das desigualdades sociais, ocorre que, ao estudá-la mais de perto, verifica-se que tal modelo de tributação acaba por carregar consigo uma gama de complexas normas e procedimentos, ocasionando grande dificuldade na interpretação e no cumprimento da obrigação tributária. Quanto maior a complexidade de determinado regime fiscal, maiores os custos de acatamento suportados pelo contribuinte e pela própria administração tributária.

Na prática, a discriminação acaba por ser favorável aos contribuintes mais ricos e desfavorável aos mais pobres. De forma contraditória, ao invés de promover a justiça social, a progressividade acaba por incentivar que os ricos fujam da tributação por meio do planejamento fiscal, disfarces em forma de pessoas jurídicas, fuga de recursos para paraísos fiscais ou por meio de manobras de corrupção proporcionadas por esquemas que advêm da própria Administração Pública⁷⁶.

A experiência demonstra que a aplicação dos impostos progressivos não vem obtendo sucesso revelante no que tange à diminuição das desigualdades sociais e na retirada do peso dos tributos sob os pobres, eis que distorce o comportamento dos agentes econômicos e leva à diminuição da riqueza (“*deadweight loss*”). Os ricos, sob o manto da legalidade “aparente”, escapam do ônus tributário, enquanto que os menos abastados acabam por recorrer à ilicitude.

Para Hayek⁷⁷, é clara a possibilidade de proceder a uma redistribuição considerável no âmbito de um sistema de tributação proporcional, desde que utilizada uma parte substancial da receita para fornecimento de serviços públicos que beneficiam especialmente uma determinada classe. O questionamento que se faz da

⁷⁵ HAYEK, op. cit., p. 438.

⁷⁶ ARAÚJO, op. cit., p. 530.

⁷⁷ HAYEK, op. cit., p. 432,

aplicação da tributação proporcional é: até que ponto as pessoas das camadas mais baixas de renda estariam dispostas a abrir mão de seus rendimentos até então não tributáveis em troca de serviços públicos “gratuitos”. Não se mostra tarefa fácil, também, verificar como o método da proporcionalidade criaria consequências nos grupos de maior renda.

A justiça da progressão não oferece limitação alguma no que tange à extensão da discriminação: aumentar “um pouco” a alíquota seria sempre representado como justo e razoável. Não há critério algum do que pode ou não ser considerado como justo ⁷⁸.

A tributação progressiva também ofende o que princípio da equidade por trabalhos iguais, ao passo que um indivíduo que trabalhou muito pode receber uma recompensa menor do que aquele que trabalhou menos, premiando, de certa forma, aquele que permaneceu ocioso – por falta de sorte ou por vontade própria – e servindo como forma de envenenar o incentivo ao trabalho.

Em suma, em decorrência da distorção de incentivos no âmbito da taxação progressiva, em que pese o objetivo inicial redistributivo, ao passo que as consequências da tributação em todas as categorias de rendimento não são levadas em consideração, tem-se como resultado o privilégio das classes mais elevadas de rendimento em detrimento dos mais humildes. Resta demonstrada, pois, a total ineficiência da taxação progressiva.

1.4 Análise Econômica

As deficiências informativas, bem como a limitação do eleitor mediano no que tange à análise do complexo arcabouço tributário ⁷⁹, leva ao entendimento, quase

⁷⁸ Ibidem, p. 440-443.

⁷⁹ Segundo Posner:“(...) as pessoas sem conhecimento de economia tendem a associar economia e dinheiro, capitalismo e egoísmo, a uma concepção redutivista e irrealista das motivações e do comportamento do homem, bem como a uma espantoso aparato matemático e uma queda por conclusões cínicas, pessimistas e conservadoras. A economia ganhou o apelido de ‘ciência maldita’devido à tese de Thomas Malthus de que fome, a guerra e a

que generalizado, que o imposto sobre grandes fortunas pode vir a ser uma medida revolucionária na redistribuição de rendas e combate à pobreza

Esse entendimento retoma à ideia já exposta de Amilcare Puviane acerca da criação de uma “ilusão fiscal” com o escopo de diminuir o descontentamento popular gerado pela oneração tributária. As deficiências informativas, bem como a limitação do eleitor mediano no que tange à análise do complexo arcabouço tributário, levam ao entendimento, quase que generalizado, que o imposto sobre grandes fortunas pode vir a ser uma medida revolucionária na redistribuição de rendas e combate à pobreza.

Essa cegueira informativa é o combustível para as propostas políticas mirabolantes que envolvem a questão fiscal. O agravamento da carga tributária dos mais ricos com objetivos redistributivos, diminuição dos impostos dos mais pobres e outras ideias propagadoras da justiça fiscal são as preferidas na disputa eleitoral. A maior parte dos eleitores é carente de conhecimento específico e dotada da característica egoística intrínseca do ser humano, que prioriza o interesse individual em prol do interesse coletivo, de forma que se deixam convencer rapidamente por tais propostas.

O discurso acerca dos impostos sobre grandes fortunas, que o caracteriza como forma essencial para satisfação da justiça social, oculta uma gama muito mais complexa de questões a serem analisadas, que culminam, de forma contraditória, no aumento do ônus fiscal que recai sobre as camadas mais baixas da sociedade.

Nesse contexto, o imposto sobre grandes fortunas é espécie de “figura repetida” no período pré-eleitoral, sendo apresentado em todas as oportunidades de forma simplista a fim de convencer o eleitor-médio da sua importância. Aos defensores do imposto, trata-se de medida necessária ao desenvolvimento da sociedade em razão da “consequente” diminuição da desigualdade. Paulo Caliendo

abstinência sexual eram os únicos meios de conter o crescimento da população e falta de alimentos. A essência da economia, porém, não consiste em nada disso. É, em vez disso, algo extremamente simples, ainda que a simplicidade seja enganadora. O simples pode ser sutil e pouco intuitivo. Sua análise é o complexo e não o ‘difícil’. A maioria das análises econômicas consiste em delinear as consequências do pressuposto de que as pessoas são racionais em suas interações sociais”. POSNER Richard. *Fronteiras da teoria do direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2011, p.9

(2009) defende que “um ceticismo preventivo deve ser louvado como meio de proteção do bem comum em oposição ao uso do discurso legitimador contra a própria ação social legítima”⁸⁰. Tal “ceticismo” revela-se em falta quando promessas que significam melhora financeira são realizadas aos eleitores médios.

Porém esse pensamento ignora o fato de que o mecanismo livre da oferta e da procura acaba por gerar comportamentos que vão de encontro ao previsto legalmente. A interpretação isolada da esfera jurídica mostra-se completamente equivocada, eis que o mercado, *de per si*, por meio do comportamento econômico da sociedade, altera a intenção com a qual a determinação tributária foi criada. Mostra-se, pois, mandatório repensar a realidade a partir da compreensão da fenomenologia social-econômica, na medida em que possibilita soluções eficazes à satisfação do objetivo almejado pela tributação por meio da mais adequada construção legislativa.

Historicamente, a tomada de decisões no que tange à tributação dos mais abastados e do consumo de ostentação, consoante já verificado, por focar-se de forma quase que exclusiva na necessidade de redistribuição de renda, acaba por aumentar as externalidades negativas, tendo em vista que essas não são consideradas no cálculo econômico que será aqui defendido, bem como não são levados em consideração o reflexo social e os custos de transação das medidas tributárias impostas à sociedade.

Contudo, consoante defender-se-á no presente trabalho, tal modalidade de tributação esbarra em determinadas situações, quais sejam: ausência de justificativa da capacidade contributiva e no custo/benefício; representam, em grande parte, maior sonegação e elisão abusiva; ultrapassam, não raramente, a barreira do confisco; discriminam entre contribuintes e fontes de riqueza; têm altos custos de acatamento por apresentarem complexa técnica de valoração; constituem superposição de incidência, entre outros⁸¹.

1.4.1 A conceituação de fortuna

⁸⁰ CALIENDO, op. cit., p. 34.

⁸¹ TORRES, op.cit., p. 96-97.

Karl Engisch⁸² (2004) entende conceito indeterminado como um “conceito cujo conteúdo e extensão são em larga medida incertos”, devendo, portanto, seus conteúdos valorativos serem preenchidos caso a caso, através de atos de valoração.

Na seara tributária, mantém-se a crença acerca da total sintonia entre pensamento e linguagem, em que há uma espécie de preenchimento semântico automático de todos os conceitos desse ramo. Porém, tal afirmativa ignora o fato de que as expressões tributárias também podem exigir que seu conteúdo seja preenchido conforme o caso concreto⁸³.

A incidência do tributo apenas se dará sobre “grandes fortunas”⁸⁴, reza a Constituição Federal Brasileira, restando clara, portanto, a dificuldade em aplicar o IGF, tendo em vista a necessidade de entender e adequar a expressão “grande fortuna” para preencher o conteúdo normativo do conceito, bem como pela possibilidade de ampliar ou diminuir sua área de incidência

Trata-se de questão de difícil debate, pois envolve determinar conceito que é por natureza plurissignificativo. Celso Antônio Bandeira de Mello⁸⁵ (2010), visando aclarar o tema, exemplifica o preenchimento dos conceitos indeterminados como a tarefa de deduzir o mesmo raciocínio que serve para determinar quantos fios de cabelo deve ter alguém na cabeça para que seja ou não qualificado como calvo.

⁸² ENGISCH, Karl. *Introdução ao pensamento jurídico*. 9. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004, p. 208.

⁸³ Sobre o tema: TORRES, op. cit., p. 97: “Os impostos mais modernos, construídos no laboratório tributário e distanciados de categorias do Código Civil, como o imposto de renda e o imposto de circulação de mercadorias e serviços, por exemplo, exibem amplas zonas de penumbra em seus conceitos cardeais. Até hoje não se conhece em toda a sua extensão a virtualidade do conceito de lucro ou de acréscimo de patrimônio no imposto de renda. Discute-se, a propósito do fato gerador do ICMS, havendo ainda defensores das idéias de “circulação jurídica” e de “circulação econômica” das mercadorias.

⁸⁴ MARTINS, op. cit., p. 308: “O tributo apenas permitirá a incidência sobre “grandes fortunas”, nem mesmo podendo incidir sobre “fortunas” que não sejam grandes. Definitivamente, a classe média e a classe alta não detentora de grande fortuna estarão a salvo deste tributo, se a Constituição for respeitada pelos legisladores. Fortuna é mais do que riqueza. E grande fortuna é mais do que fortuna”.

⁸⁵ MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de direito administrativo*. 27. ed. rev. atual. São Paulo: Malheiros, 2010, p. 781.

Nesse cenário, “grande fortuna” é noção valorativa suscetível de existir em graus e medidas variáveis, devendo restar reconhecido que, em razão de estar incluída no âmbito de uma expressão vaga, não se poderia, fatalmente, apontar como equivocados entendimentos divergentes acerca do mesmo tópico.

1.4.2 Aspectos Operacionais: Os custos de acatamento e da fiscalização

Consoante já demonstrado, o efeito de carona, bem como a tendência à ocultação de informações por parte dos contribuintes acerca de seus bens passíveis de tributação, gera uma assimetria informativa que se mostra como um dos principais entraves no que tange à aplicação do IGF. No cálculo da eficiência do imposto, devem ser considerados os custos da colaboração com as autoridades, bem como aqueles decorrentes do correto cumprimento das determinações legais, ou seja, o custo gerado pelo “acatamento de todos os deveres instrumentais e formais que acompanham a constituição e cumprimento da obrigação do imposto⁸⁶”.

Quanto maior a dificuldade de compreensão da imposição tributária⁸⁷, como no caso do imposto que recai sobre grandes fortunas⁸⁸, maior o nível de ineficiência, sobretudo quando, no pólo passivo da relação tributária, estão os sujeitos de maior poder aquisitivo, que conseguem explorar a complexidade: ao exigir que o contribuinte solucione o emaranhado legislativo, o Estado acaba por premiá-lo ao permitir que zonas cinzentas, passíveis de múltiplas interpretações, bem como lacunas legislativas, sejam preenchidas de forma a diminuir a oneração tributária ou, até mesmo, extinguir tal ônus.

⁸⁶ ARAÚJO, op. cit., p. 525.

⁸⁷ MARTINS, op. cit., p. 64 e ss.

⁸⁸ CORSATTO, 2000, p. 99: “Na Alemanha, o imposto foi concebido como complemento do imposto de renda, incidindo sobre o patrimônio das pessoas físicas e jurídicas, sendo abrangido com relação a estas, por trazer vários problemas. O problema central, porém, situa-se na avaliação do patrimônio, a qual é objeto de uma lei com 123 parágrafos e 1.698 páginas. Há uma declaração do patrimônio global, base válida por três anos para o lançamento anual”. (in Imposto sobre grandes fortunas. *Revista de Informação Legislativa*. Brasília: Subsecretaria de edições técnicas do senado federal, n. 146, 2000.)

Os meandros da legislação tributária são desvendados por especialistas na área fiscal (advogados, contabilistas, etc.) que atuam como planejadores fiscais daqueles que podem pagar por tal serviço e que agem na identificação dos melhores e mais eficientes “meios de fuga” do comprometimento patrimonial. Dessa forma, os custos de acatamento acabam por dirigir o comportamento dos sujeitos na busca pela diminuição do montante pago a título de tributação, graças à desordem normativa dos regimes fiscais que possibilita tal conduta.

Em razão da complexidade da construção legal, a eficácia do imposto igualmente se submete ao desenvolvimento de complexo aparato administrativo e fiscalizatório a fim de garantir que os sujeitos passivos do imposto sejam corretamente identificados por meio da cognição do patrimônio de cada indivíduo. Entre os bens que compõem uma “grande fortuna”, habituais são as obras de arte e literatura de valor incomensurável, joias, metais preciosos, títulos ao portador, entre outros itens que, além de representarem um desafio na seara avaliativa, contam com a facilidade de serem ocultados facilmente da contagem estatal. No tocante à avaliação de tais itens, julga-se ideal o critério do valor de mercado, todavia, a prática demonstra que são muitas as dificuldades inerentes ao processo de avaliação do preço de mercado de joias e obras de arte, haja vista o alto grau de subjetividade existente em tal tarefa. Por outro lado, se considerado o custo de aquisição, critério adotado pela escrituração comercial, esbarraria-se no problema das economias paralelas⁸⁹.

Em relatório divulgado em 2012 pela *RBC Wealth Management*, em parceria com o grupo francês *Capgemini*, acerca da riqueza global, demonstrou-se que os produtos não convencionais do consumo de luxo foram escolhidos como forma de investimento entre aqueles que possuem mais de US\$ 1 milhão. As incertezas geradas pela crise financeira levaram os endinheirados a darem destaque

⁸⁹ Tal afirmação remete-nos à recente Operação Lava Jato, desencadeada pela Polícia Federal Brasileira, em que restou comprovado que o ex-governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, e sua esposa, Adriana Ancelmo, compraram R\$ 6,5 milhões em peças da Joalheria H. Stern, marca de renome internacional. As compras eram pagas em dinheiro e tinha como objetivo “lavar” os valores recebidos de forma ilegal de empreiteiras responsáveis pela execução de obras de grande monta no Estado do Rio de Janeiro. Após as denúncias, a joalheria concordou em pagar multas e emitir notas fiscais das jóias adquiridas em razão de acordo de delação firmado junto ao Ministério Público Federal.

aos investimentos em obras de arte, joias e afins, mesmo não sendo esses bens de luxo considerados como alternativas às aplicações em investimentos financeiros comuns. O relatório também chama a atenção para a dificuldade de avaliação do retorno financeiro gerado pela compra de tais bens, haja vista que a aquisição, por muitas vezes, é motivada tão somente pelo prazer estético, não tendo sido adquirido em razão de rentabilidade.

Olavo Nery Corsatto⁹⁰ (2000), consultor legislativo do Senado brasileiro, assume que a quantidade reduzida de contribuintes do IGF facilitaria o controle e, conseqüentemente, a cobrança. Contudo, tal afirmação parece ignorar todo o conhecimento esposado acerca dos custos de acatamento e das dificuldades avaliativas dos pertences que fazem parte do acervo das grandes fortunas, subestimando, de certa forma, a capacidade do contribuinte afortunado de explorar ao máximo o leque de oportunidades fornecido pela confusa legislação fiscal.

Tencionando refutar o prejuízo do IGF no que tange às manobras e planejamentos fiscais dos sujeitos passivos, afirmam os defensores do imposto⁹¹ que, além do objetivo arrecadatório, o encargo agiria como subsídio para a fiscalização dos demais impostos, gerando efeitos positivos no combate à evasão fiscal, tendo em vista o cruzamento de dados e informações tributárias. Ao que parece, ao defender tal hipótese, concordam os doutrinadores que o efeito arrecadatório seria pífio, tratando-se, pois, de imposto complementar com o objetivo de maximizar os resultados do imposto sobre a renda.

Parece que o efeito extrafiscal do imposto, quando da sua utilização como forma de atingir fluxos de renda que escaparam da incidência do imposto convencional - seja por meio de isenções legais ou manobras ilegais -, não tem o condão de justificar, tampouco compensar, os custos inerentes à sua manutenção,

⁹⁰ CORSATTO, op. cit., p. 108.

⁹¹ “A wealth tax could also assist the administration of other taxes, providing information to collect income taxes and property taxes. A wealth tax base separate from an income tax base can help ensure that taxes not collected on the latter, because of avoidance or evasion, might be collected on the former.” (RUDNICK, Rebecca S.; GORDON, Richard K. *Taxation of Wealth. In: Tax Law Design and Drafting*. v. 1. International Monetary Fund: 1996, p. 4.

mostrando-se totalmente descabida a utilização do IGF como agente fiscalizador e potencializador dos recursos advindos de outros impostos cuja fiscalização é falha.

Em que pese o nobre ímpeto dos favoráveis⁹² ao imposto de seguir a conduta de “Robin Wood”, esquecem esses que os custos administrativos, bem como aqueles decorrentes da corrupção, podem significar a extinção do propósito redistributivo, eis que a receita auferida da tributação sobre as grandes fortunas poderá ser utilizada tão somente para sustentar a complexa estrutura burocrática estatal. Trata-se de infeliz incoerência, em que o combate à desigualdade acaba por ser fomentado pelo que deveria reduzi-la⁹³.

A complexidade do sistema tributário, dotado de recorrentes alterações e reformas, bem como a dimensão da oneração fiscal, que resultam em altos custos de acatamento, reflete o caminho oposto da eficiência⁹⁴.

1.4.3 Da Elisão e Evasão Fiscal

⁹² Sobre o assunto, GORDON e RUDNICK, *ibidem*, p.8: “One argument is that, for wealth taxes to collect a substantial amount of revenue, they would have to be so onerous as to either create insurmountable political opposition or result in substantial negative economic effects. Therefore, some have suggested that wealth taxes probably need to be justified largely for social and political reasons, rather than simply for revenue reasons. However, if the cost of administering a wealth tax can be minimized, even relatively small amounts of revenue can be important to countries suffering from deficits.”

⁹³ Roth, Timothy P. *The Ethics and the Economics of Minimalist Government*. Cheltenham: Elgar, 2002.

⁹⁴ Sobre o assunto (ERP, 2004, p. 177): “This inefficiency can arise even from well-intentioned environmental regulations. Two fallacious arguments are frequently used to justify inefficient regulations. One such misplaced rationale is that regulations improve the economy and spur job growth. The reasoning goes as follows: environmental regulations lead firms to install pollution-control technologies, which they must purchase from other firms. These technologies are built, delivered, installed, and operated by workers who otherwise would not be doing this work. Similarly, the regulations may promote environmentally friendly industries that hire people who would not be hired otherwise. For these reasons, the regulations are said to “spur” the economy and job growth. By this reasoning, throwing a rock through a window also improves the economy, because it necessitates the hiring of someone to repair the window. What this ignores is that the resources spent to comply with an unnecessary or inefficient regulation are diverted from other uses. The money and people involved could have been used instead to produce more goods for consumers or to build new factories or machinery. The jobs associated with complying with environmental regulations are a cost of regulation, not a benefit.”

Em decorrência do “caráter odioso” da tributação, o indivíduo é levado a evitar de diversas formas o sacrifício de seu patrimônio por determinação estatal, ainda mais quando, como já demonstrado, a legislação fiscal é complexa e o contribuinte conta com o auxílio de profissionais especialistas na área. Em outras palavras, evita-se a prática de atos ou negócios que acarretam tributação ou tributação mais onerosa.

Os críticos do imposto apontam como uma das principais desvantagens de sua instituição o inegável aumento da evasão fiscal. Não obstante tratar-se de consequência lógica em razão dos sujeitos passivos do imposto, há quem rebata⁹⁵ tal argumento com a simples afirmação de que, embora esse tenha sido o principal efeito nos países que já se utilizaram de formas de tributação parecidas⁹⁶, os países em desenvolvimento carecem de dados estatísticos idôneos que permitem uma correta estimativa da provável arrecadação do imposto.

Apresenta-se ingênua tal afirmação, tendo em vista que o que se viu na prática não pode ser simplesmente ignorado pelo simples motivo de que inexistem informações concretas acerca do fato: numa comparação extremista, é a mesma conclusão que chega aquele que diz que em determinado local, aonde não há policiamento e, conseqüentemente, controle acerca dos ilícitos cometidos, não há criminalidade. Seguindo o mesmo raciocínio frugal, na conjuntura brasileira, há quem responda os questionamentos realizados sobre o desestímulo de ingresso de capitais no país, com a informação de que a legislação constitucional brasileira veda a utilização da tributação como confisco, sanando, portanto, a fuga de capital para outros países⁹⁷. A fragilidade desse raciocínio chega a assustar.

De forma bastante simplista, sem adentrar nos debates acerca da função social da propriedade, pode-se adotar o entendimento de que o confisco difere-se do tributo no ponto em que o último, por ser decorrente de lei, somente passa a ser

⁹⁵ CORSATTO, op. cit., p. 106-107.

⁹⁶ Sobre o tema: JABERG, Samuel. A caça aos estrangeiros ricos é um esporte mundial. *WSIINFO*, 2014. Disponível em: <http://www.swissinfo.ch/por/privil%C3%A9gios-fiscais_a-ca%C3%A7a-aos-estrangeiros-ricos-%C3%A9-um-esporte-mundial/41096966>

⁹⁷ “Wealth taxes may also encourage capital flight; theoretically, any tax on capital will induce mobile capital to migrate (and influence capital to stay out) until the overall rate of return on capital rises to offset the tax.” (GORDON E RUDNICK, op.cit., p. 08).

exigido quando da prática do fato gerador da qual nasce a cobrança, sendo livre o contribuinte para abster-se de praticar o fato gerador. Considera-se, pois, que o indivíduo pode atuar de forma a adequar seu patrimônio para ver-se livre da incidência fiscal ou, ao menos, diminuí-la, sendo defeso ao proprietário dar a destinação aos seus bens que mais lhe aprouver, bem como de adotar medidas defensivas contra a diminuição patrimonial⁹⁸.

Desse direito, sucede a elisão fiscal, que leva consigo os atributos do direito à propriedade e possibilita, sob o amparo da complexidade legislativa, que o contribuinte possa proteger sua riqueza contra a subtração tributária e realizar a maior economia fiscal possível por meio do planejamento tributário. Sendo detentor do direito de assegurar a intocabilidade de seu patrimônio – seja não praticando atos e negócios que venham a caracterizar fato gerador, seja alterando seu domicílio fiscal – e possuindo condições financeiras para contar com os préstimos dos profissionais mais balizados na área, por qual motivo o indivíduo afortunado deixaria de fazê-lo?⁹⁹

Aos contribuintes, o ônus oferecido pela atuação “*off-shore*” acaba por compensar o encargo imposto pela tributação elevada, enquanto que o Estado, que julga estar a fazer o melhor em termos de arrecadação, acaba por sofrer um “efeito bola de neve” de redução nas receitas fiscais. Ao alterar seu domicílio fiscal, o indivíduo não só acaba por livrar-se da tributação sobre sua fortuna, como também

⁹⁸ OLIVEIRA, Ricardo Mariz de. Planejamento tributário: Elisão e evasão fiscal, Norma Antielisão e Norma Antievasão. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva. (Coord.). *Curso de direito tributário*. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.p. 459.

⁹⁹ A fim de ilustrar a argumentação apresentada pelos partidários da tributação sobre as grandes fortunas, vale a pena copiar trecho de entrevista fornecida por Amir Khair, ex-secretário das finanças de São Paulo, em que defende que o IGF, se instituído no Brasil, teria uma arrecadação de cerca de 100 bilhões de reais. Ao ser questionado acerca da possibilidade de fuga de grandes patrimônios para outros países e à melhor forma de regulação que deverá ser empregada para evitar tal movimentação de capital, respondeu: “Eu queria saber que patrimônio que iria para outros países. E se for, que vá. Será bom até que vá. O que interessa é que o grosso do patrimônio fica no nosso País. E os que pensam que vão lucrar com essa questão de sair do País se enganam porque nos outros países o Imposto de Renda não é tão baixo como aqui, com 27,5%, a alíquota mais baixa do mundo. Em outros países é 40%, 50%, 60%. Então se alguém pensa que vai para outro país para se dar bem...pode ser que exista alguma ilha no mundo, mas talvez não caiba tanta gente.” (TRUFFI, Renan. Entrevista a Amir Khair. *Carta Capital*. São Paulo, 3 mar. 2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/economia/imposto-sobre-grandes-fortunas-renderia-100-bilhoes-por-ano-1096.html>>

deixa de contribuir com os demais impostos que por ventura possam vir a incidir sobre seu patrimônio, ou seja, o propósito redistributivo, bem como o escopo arrecadatório, é frustrado.

A experiência francesa, ao adotar o “*impôt de solidarité sur la fortune*” como símbolo de uma política mais justa pelo então presidente François Hollande, demonstrou na prática a falência de tal instituto. O efeito social pretendido foi totalmente deturpado com o enorme exílio fiscal gerado, haja vista que muitos contribuintes alteraram o domínio tributário de suas fortunas. Um volume significativo de receitas advindas não somente desse, mas também dos demais impostos, deixou de ser recolhido com a fuga de grande parte das maiores fortunas para o exterior¹⁰⁰. Ademais, o imposto gerou um impacto nocivo na atratividade do mercado francês aos estrangeiros.

Aplicada à realidade brasileira, a questão da elisão fiscal, caso o IGF seja implementado nos moldes previstos pelo texto constitucional, também poderá ser considerada preocupante quando da análise do sujeito passivo da tributação. Decorrente da homogeneidade sistemática do Direito, tem-se como consequência o fato de que regra da seara tributária, ao referenciar conceito de outro ramo do Direito, deve acolher o significado jurídico dado quando da entrada naquele ramo do Direito¹⁰¹. Sendo assim, o “proprietário” de grande fortuna, com base no Código Civil de 2002, somente poderá ser aquele que possui a faculdade de “usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha¹⁰²”. Conclui-se, portanto, que a grande fortuna a ser tributada, em síntese, será de propriedade de um único indivíduo, não podendo albergarem-se nesse conceito os herdeiros ou sociedades a ele pertencentes, por exemplo.

¹⁰⁰ O caso mais emblemático e divulgado pela imprensa foi o do conhecido ator Gerard Depardieu, que solicitou cidadania russa com o escopo de evitar a alta carga tributária francesa. Sobre o tema, também importa mencionar que o mercado imobiliário português sofreu um grande impacto positivo após a debandada de fortunas francesas para as terras lusitanas, haja vista o grande número de franceses que investiram no setor.

¹⁰¹ BECKER, op. cit., p. 132.

¹⁰² Art. 1228 do Código Civil - Lei 10406/02.

Admitindo, pois, que apenas o titular do direito de propriedade sobre a fortuna a ser tributada poderá sofrer a diminuição patrimonial decorrente do imposto, tem-se que o evento tributário poderá ser facilmente extinto com a transferência de parte da propriedade a outras pessoas, mesmo que estas mantenham relação jurídica com aquele. A pulverização do patrimônio, tarefa simples de ser executada, extinguirá a tributação do IGF, haja vista que este poderá passar a ser um dos tributos cuja elisão será de mais fácil realização em todo o ordenamento tributário brasileiro.

2 TRIBUTAÇÃO SOBRE O CONSUMO

Os impostos incidentes sobre o consumo, no que tange ao sujeito passivo da obrigação tributária, ignoram as condições personalíssimas do contribuinte e levam em consideração, “unicamente, um objeto do mundo físico, objeto material referenciado com a pessoa, desprezando-se as condições peculiares do sujeito passivo¹⁰³”. Tais características conferem à tributação sobre o consumo a natureza de “indiretos”, na medida em que “não comportam a aplicação adequada do princípio da capacidade contributiva e, muito menos, da pessoalidade”¹⁰⁴.

Nos países em desenvolvimento, os impostos sobre o consumo representam a maior parte da receita auferida, tendo em vista a dificuldade inerente à tais economias para arrecadar tributos derivados da renda. Trata-se de condição comum nos países latino-americanos, tendo em vista que, no Brasil, os encargos que recaem sobre o consumo perfazem cerca de 51% da arrecadação; no Chile, atingem o patamar de 55%; e, no México, 68%¹⁰⁵.

O ônus tributário, no que tange ao consumo, em regra, recai sobre o contribuinte de fato e não sobre o contribuinte de direito. Tal definição conduz à conclusão de que o imposto indireto tem o condão de repercutir no preço final repassado ao consumidor, pois o contribuinte de direito, que atua como um agente intermediário, apura e recolhe o tributo, mas não suporta o encargo financeiro¹⁰⁶. Excepcionalmente o contribuinte de fato retém o encargo da tributação de forma a controlar aumento de preço do bem ou serviço ofertado.

O ônus tributário dos impostos diretos é absorvido totalmente pelo contribuinte de direito, ao passo que não há transferência de encargo financeiro,

¹⁰³ BRITO, Edvaldo. *Direito tributário e constituição - estudos e pareceres*. São Paulo: Atlas Jurídico, 2016, p. 1654.

¹⁰⁴ MARTINS, Marcelo. *Tributação, Propriedade e Igualdade Fiscal*. São Paulo: Elsevier, 2011, p. 200.

¹⁰⁵ SIQUEIRA, R.; BARBOSA, A. L. N. H. *Imposto ótimo sobre o consumo: resenha da teoria e uma aplicação ao caso brasileiro*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001 (Texto para Discussão, 811), p.01-02.

¹⁰⁶ CALIENDO, op. cit., p. 158.

sendo esses os impostos que acabam por ganhar maior atenção quando se fala em redistribuição de renda, por terem o atributo de considerar, na base de cálculo, a capacidade contributiva do sujeito passivo.

Em que pese não seja este o objetivo do presente trabalho, importa abordar de forma superficial noções acerca da cumulatividade do imposto sobre o consumo. A tributação cumulativa (ou em cascata) incide sobre a totalidade de etapas existentes no processo produtivo de determinado bem¹⁰⁷. Diante dessa tributação, que abrange todos os estágios produtivos e, conseqüentemente, as empresas participantes da produção, a tributação em cascata é considerada ineficiente, ao passo que induz à mudança de comportamento dos agentes econômicos. Como forma de diminuir o ônus decorrente da cumulatividade, mostra-se comum a ocorrência da “verticalização” da produção, que consiste na redução das etapas produtivas por meio da internalização do maior número possível de etapas da produção em uma mesma empresa.

Considerado como uma importante inovação dos sistemas tributários contemporâneos e presente no cerne das maiores reformas tributárias, como alternativa à cumulatividade, adotou-se o imposto sobre o valor agregado ou imposto sobre o valor adicionado (IVA)¹⁰⁸, que, em linhas gerais, corresponde a um imposto sobre as vendas realizadas ao consumidor final, o que acaba por não estimular a integração vertical. A incidência da tributação dá-se apenas sobre o valor agregado, haja vista que há a possibilidade de utilizar o encargo pago na etapa anterior da produção como crédito fiscal. Considera-se o IVA mais eficiente que a cumulatividade, tendo em vista que sua aplicação não leva ao impulsionamento de distorções no comportamento dos indivíduos com o escopo de fugir da incidência tributária. Ainda, há quem considere o IVA como um tributo autofiscalizador, na

¹⁰⁷ SAMPAIO, Maria da Conceição Sampaio. *Tributação do consumo no Brasil: aspectos teóricos e aplicados in economia do setor público*. São Paulo: USP, 2010, p. 190: “Portanto, um imposto em cascata, implementado à alíquota de 10%, quando existem apenas três estágios no processo de produção e distribuição, equivale a um imposto cuja alíquota é 33%, portanto, mas de três vezes a alíquota inicial. Note-se, porém, que se trata de um limite superior, já que estamos supondo que todos os insumos são tributados e o tributo é totalmente repassado para o estágio subsequente.”

¹⁰⁸ Ibidem, p. 191.

medida em que há uma espécie de cadeia de auditoria de todas as etapas produtivas para que ocorra o abatimento do que já foi pago até então.

A preocupação estatal na tributação sobre o consumo costuma ser voltada à criação de alternativas capazes de reduzir o efeito da regressividade. Diz-se regressivo um imposto quando a taxa média diminui na mesma proporção em que ocorre o aumento da “matéria coletável”¹⁰⁹, restando constituída uma “razão de proporcionalidade simples inversa”¹¹⁰, o que equivale a dizer que a porção mais pobre dos contribuintes pagaria proporcionalmente mais imposto que os mais ricos.

Em termos fáticos, a obrigação tributária não sofrerá variação proporcional à riqueza do indivíduo, eis que incidirá sob os mesmos valores em ricos e pobres: o tributo incidente sobre um medicamento não sofrerá alterações relativas à condição financeira do comprador, ou seja, a propensão média e marginal da renda a ser afetada dos pobres é superior à dos ricos¹¹¹. Isso ocorre pois a renda poupada da camada mais rica é maior do que a da camada empobrecida, eis que a porcentagem despendida com necessidades de consumo diminuem na medida em que a riqueza aumenta¹¹².

Em que pese a configuração do tributo que acaba por discriminar os pobres, eis que, em tese, afasta os ideais de justiça social, não se mostram razoáveis as propostas de sua extinção, tendo em vista que a sistemática da tributação sobre o

¹⁰⁹ ALMEIDA, Anibal. *Teoria Pura da Imposição*. Coimbra: Almedina, 2000, p. 188.

¹¹⁰ Ibidem., p. 189.

¹¹¹ “Tomemos como exemplo o caso de um quilo de sal. Tanto pobres como ricos consomem sal, mas o fato de alguém ser mais rico não significa que irá consumir mais sal. A diferença que pode ocorrer é sobre a qualidade dos bens consumidos e, assim, os mais abastados trocarão o consumo de produtos básicos por produtos de luxo.” CALIENDO, op. cit., p. 158.

¹¹² “Conseqüentemente, tributos indiretos têm natureza regressiva em relação à renda total. Ou seja, embora as famílias com mais alta renda consumam mais e, portanto, paguem mais impostos indiretos em valores absolutos, a relação entre esse montante pago e a renda total (valores relativos) tende a ser mais alta para famílias com baixa renda. Tal regressividade é característica intrínseca da tributação indireta e, por vezes, mitigada por uma imposição de alíquotas menores sobre os bens básicos (a princípio, mais consumidos pelos estratos menos abastados).” (BRASIL. MINISTÉRIO DA FAZENDA. *Estudos Tributários e Aduaneiros*. Brasília: Receita Federal, mar. 2002. Disponível em: <<https://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/estudos-diversos/progressividade-no-consumo>>

consumo mostra-se eficiente na esfera arrecadatória, tendo em vista os baixos custos operacionais (facilidade de arrecadação e fiscalização).

Quando a sociedade em geral é pobre e a maioria dos indivíduos é carecedora de renda e patrimônio tributável, a medida mais eficiente a ser adotada é a imposição de tributação sobre o consumo¹¹³, tendo em vista que a receita obtida pelos tributos de natureza direta seria escassa para satisfação das necessidades públicas. Nesse contexto, há pouco tempo, a predominância do imposto sobre consumo era vista como sinônimo de subdesenvolvimento¹¹⁴. Ademais, em face do crescente número de empresas e contribuintes que alteram seu domicílio fiscal em busca de vantagens tributárias auferidas com a fuga dos impostos diretos submetidos à taxaço progressiva, os impostos sobre o consumo revelam-se como uma alternativa arrecadatória¹¹⁵.

Por outro lado, recentes estudos consideram o imposto sobre o consumo como um incentivo à poupança, ao passo que, em longo prazo, a tributação sobre a renda poderia representar uma redução nas perspectivas de crescimento da economia.

Tais impostos são, em geral, complementados com impostos seletivos sobre determinados, que são aqueles cuja alíquota oscila em razão da utilidade e essencialidade do produto a ser consumido¹¹⁶. Sob o ponto de vista da eficiência, tais impostos representam uma grande fonte arrecadatória, haja vista apresentarem baixos custos de acatamento e mínimos riscos de evasão fiscal.

Nesse contexto, apresentam-se como impostos corretivos pigouvianos, na medida em que a tributação seletiva (por meio da aplicação apropriada de uma combinação de impostos e subsídios) se presta à correção de externalidades, como no caso da tributação sobre álcool e tabaco, e trabalham como coadjuvantes na

¹¹³ “Interessante notar, quanto a essa questão, que países desenvolvidos dão preferência à tributação da pessoa física, enquanto países em desenvolvimento, dependem mais fortemente da arrecadação da pessoa jurídica para financiar o Estado”. (LEMGRUBER, Andréa. A tributação do capital: o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e o Imposto sobre Operações Financeiras. In: BIDERMAN, Ciro; ARVATE, Paulo (orgs.). *Economia do Setor Público no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 215.

¹¹⁴ SAMPAIO, op. cit., p. 188.

¹¹⁵ MARTINS, op. cit., P. 205.

¹¹⁶ SAMPAIO, op. cit., p. 189.

restauração das condições de eficiência paretiana. As elevadas alíquotas sobre tal espécie de produto são justificadas pelos custos sociais acarretados pela dependência química e doenças relacionadas ao alcoolismo e cigarro. A intervenção estatal por meio da tributação corretiva elevada tem o condão de manter o consumo desses bens em um patamar socialmente ótimo. Se aplicados em Estados federativos, podem ser aplicados de forma regionalizada – com alíquotas múltiplas – consoante as necessidades e disparidades de cada região¹¹⁷.

A ideia de regressividade nos impostos sobre o consumo aceita que o ônus tributário é totalmente repassado ao consumidor, ocorre que, consoante se demonstrará a seguir, não se trata de uma situação absoluta. Diferentes características do mercado definem quem arcará com o tributo.

Longe da unanimidade, as questões relativas à progressividade e regressividade da tributação do consumo devem considerar diversos fatores: tipo de tributo adotado, especificidades do local, custos administrativos derivados da aplicação de alíquotas diversas, etc. Deve-se ter em conta que todas as formas de tributação acabam por criar distorções na conduta dos agentes econômicos, encaminhando-nos aos limites das escolhas “*second best*”¹¹⁸.

2.1 Tributação Sobre o Luxo

*“Luxo, subs., masc., 1. ostentação da riqueza; magnificência; gala; 2. fausto; sumptuosidade; pompa; 3. qualquer bem ou objeto de custo elevado e que não é indispensável”*¹¹⁹.

Para Adam Smith, o luxo é definido como o uso do supérfluo. Bayod¹²⁰ (1963) considera tal definição falha, haja vista que supérfluo é conceito subjetivo: se para uns determinada coisa pode ser considerada indispensável, para outros é

¹¹⁷ SAMPAIO, op. cit., p. 197.

¹¹⁸ SAMPAIO, op. cit., p. 199.

¹¹⁹ *luxo* in INFOPÉDIA. *Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico* [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2017. Disponível em: <<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/luxo>> Acesso em: 6 abr. 2017.

¹²⁰ BAYOD, R. G.; *Los impuestos sobre el lujo*. Madrid: Editorial de Direito Financeiro, 1963, p. 06.

supérflua. Por outro lado, o supérfluo pode não ser luxuoso, ao passo que objetos simples podem ultrapassar a barreira do necessário. Para Bayot, o luxo tem as seguintes características: i) constituem um gasto pessoal e improdutivo; ii) tal gasto não é para satisfazer uma necessidade, senão um desejo de pompa, ostentação ou vaidade; iii) deve-se atentar à classe social e ao meio em que vivem os consumidores, bem como à fortuna média de todos e aos pertences comuns¹²¹.

Para os pesquisadores Bearden e Etzel¹²² (1982), “a distinção entre necessidade e luxo é baseada na disponibilidade ou exclusividade de recursos. Enquanto as necessidades são possuídas por praticamente todos, luxo está disponível exclusivamente para poucas pessoas ou somente em raras ocasiões”.

O luxo é entendido de forma universal como exclusivo e limitado para uma ínfima parcela da população: ostentar um bem de luxo significa sucesso, poder, riqueza. Obviamente, os bens considerados luxuosos são alterados conforme a época a ser analisada, basta lembrar que o açúcar chegou a ser considerado um produto luxuoso, enquanto que, atualmente, se mostra um item indispensável e de uso geral.¹²³ Vale recordar também que as invenções, tais como aparelhos de televisão, máquinas de lavar roupa, computadores e veículos, anteriormente considerados bens luxuosos, tornaram-se banais com o passar do tempo.

Nos negócios, o conceito de luxo mostra-se intrinsecamente interligado com a sensação causada pela compra de determinado bem, culminando em prazer do consumidor que pôde arcar com os altos custos decorrentes de tal compra.

No presente trabalho, adota-se o conceito de luxo que diz respeito à ostentação da riqueza por meio de objetos supérfluos de alto valor, tais como joias suntuosas, roupas de estilistas famosos, veículos caros, barcos potentes, etc.

¹²¹ BAYOD, op. cit., p. 07.

¹²² BEARDEN, W. O., & ETZEL, M. J. Reference group influence on product and brand purchase decisions. *Journal of Consumer Research*, vol. 9, 2, 183-194, 1982.

¹²³ BERRY, Christopher J. *The Idea of Luxury: A Conceptual and Historical Investigation* (Ideas in Context.) New York: Cambridge University Press, 1994, p. 4-5.

2.2 Os Efeitos Econômicos do Luxo

A suntuosidade sempre foi vista com “maus olhos” pela sociedade em geral e pela Igreja¹²⁴, sendo objeto de condenação e considerada como produto do egoísmo, vaidade e pretensão de superar os demais¹²⁵. Em um contexto de miséria e grandes desigualdades sociais, não causa espanto a rejeição aos bens de alto valor considerados desnecessários, enquanto que boa parte da população carece de bens básicos.

Consoante relatório *Worldwide Luxury Goods Report* publicado pela *Bain Company*, o mercado global de luxo, composto por 10 segmentos, movimentou cerca de 1,08 trilhão de euros em vendas no varejo em 2016, apresentando um crescimento de 4%¹²⁶.

A tributação sobre o consumo de luxo, de certa forma, é incentivada em razão da fantasiosa sensação de que, por serem bens “supérfluos” e consumidos por

¹²⁴ Homília do Papa Francisco, em 24 de dezembro de 2016: “Com este sinal, o Evangelho desvenda-nos um paradoxo: fala do imperador, do governador, dos grandes de então, mas Deus não Se apresentou lá; não aparece no salão nobre dum palácio real, mas na pobreza dum curral; não nos fastos ilusórios, mas na simplicidade da vida; não no poder, mas numa pequenez que nos deixa surpreendidos. E, para O encontrar, é preciso ir aonde Ele está: é preciso inclinar-se, abaixar-se, fazer-se pequenino. O Menino que nasce interpela-nos: chama-nos a deixar as ilusões do efêmero para ir ao essencial, renunciar às nossas pretensões insaciáveis, abandonar aquela perene insatisfação e a tristeza por algo que sempre nos faltar. Far-nos-á bem deixar estas coisas, para reencontrar na simplicidade de Deus-Menino a paz, a alegria, o sentido da vida.” (BERGOGLIO, Jorge (Papa Francisco). *Homilia da Missa do Galo*, 25 dez. 2016. Disponível em: <http://br.radiovaticana.va/news/2016/12/25/_papa_na_missa_do_galo_%E2%80%9Cdeixar_as_ilus%C3%B5es_do_ef%C3%AAmero%E2%80%9D/1281585>

¹²⁵ BAYOD, op. cit., p. 08.

¹²⁶ “The global luxury market tracked by Bain & Company comprises 10 segments, including personal luxury goods, luxury cars, luxury hospitality, luxury cruises, designer furniture, fine food, fine wines and spirits, yachts, private jets and fine art. The overall market grew at 4% in 2016, to an estimated €1.08 trillion in retail sales value. Luxury consumption shifted away from goods and toward experiences such as travel and gastronomy, which grew faster than luxury goods by at least 5 percentage points. The best-performing categories were luxury cars, luxury hospitality, fine wines and spirits, and fine food.” (ARPIZIO, Cláudia; LEVATO, Federica; ZITO, Daniele *et al.* *Luxury Goods Worldwide Market Study*. Fall Winter, 2016, p. 5. Disponível em: <http://www.bain.com/Images/REPORT_Luxury_Goods_Worldwide_Market_Study_2016.pdf> .

indivíduos de alto poder aquisitivo, o imposto cumpriria os objetivos da justiça redistributiva, como uma espécie de “recompensa” à parcela mais pobre da sociedade que não possui acesso a tais bens. Nesse caso, o escopo da tributação é visto com um caráter moralizador e social.

As leis suntuárias, que tinham por objetivo impedir o excesso de luxo e a extravagância, tiveram início em Roma, com a Lei das Doze Tábuas, que proibiam os custos excessivos com os funerais. Posteriormente, outras leis foram criadas durante a Idade Média, sendo na Idade Moderna o ápice das determinações legais contrárias ao luxo. Na Espanha, por exemplo, foram proibidos as vestimentas e calçados de ouro, bem como móveis adornados com metais preciosos, sendo penalizadas com multa e com a perda dos bens voluptuosos. A punição também se estendia aos indivíduos envolvidos na criação do objeto (artesões, sapateiros, desenhistas, etc.), que eram punidos com a pena de prisão¹²⁷.

As leis suntuárias de caráter meramente proibitivo caíram em desuso e, atualmente, buscam-se outras formas para taxar o luxo por meio da incidência de impostos sobre o consumo de tais objetos. Inglaterra e França foram as precursoras na instituição de impostos dessa categoria.

Nessa seara, importante referir acerca da doutrina de Thorstein Veblen, que critica a visão de que os empresários e a sociedade são movidos pelo lucro e consumo e defende que o que os move é a “emulação”, ou seja, a ostentação a fim de demonstrar seu *status*, enquanto honra e diferenciação para os demais¹²⁸. Para

¹²⁷ BAYOD, op. cit., p. 10.

¹²⁸ “Normalmente se afirma que o objetivo de aquisição e da acumulação de bens é o seu próprio consumo, seja ele consumo direto pelo dono de tais bens, seja consumo pelo seu estabelecimento doméstico, que nesse caso em teoria com ele se identifica. Tem-se esse objetivo como sendo pelo menos o objetivo economicamente legítimo da aquisição; e é isso tudo que cabe à teoria econômica explicar. Naturalmente, pode-se conceber esse consumo como um atendimento tanto das necessidades físicas do consumidor, isto é, seu conforto material, como de suas necessidades mais elevadas, espirituais, estéticas, intelectuais ou outras sejam quais forem; esta última classe de necessidades seria atendida indiretamente pelo consumo de bens, segundo a maneira que é familiar aos leitores de obras econômicas. O consumo de bens não pode porém ser tido como o incentivo que leva invariavelmente à acumulação, exceto quando tomado num sentido muito afastado de sua significação primitiva. O motivo que está na base da propriedade é a da emulação; e esse mesmo motivo continua ativo no desenvolvimento posterior, tanto da própria instituição a que deu causa,

Veblen, os reais motivos que levam o indivíduo a adquirir propriedade é o seu engrandecimento em relação aos demais membros da sociedade, a fim de demonstrar que o valor do homem é proporcional à quantidade de riqueza que possui. A propriedade seria um hábito social inerente ao comportamento competitivo e consumista.

2.3 Teoria Econômica da Elasticidade

Entende-se que o escopo principal da tributação sobre o consumo de luxo seria transferir para o comprador de alto poder aquisitivo o ônus de pagar elevados níveis de tributação incidentes sobre produtos dispensáveis ou supérfluos. Contudo, em que pese que esse possa parecer o cenário ideal na relação tributária do consumo de luxo, deve-se ter em conta que as condutas governamentais acabam por induzir os participantes do mercado a determinadas condutas que acabam por caracterizar a “elasticidade da procura”.

Não é difícil constatar que os agentes econômicos reagem com intensidades distintas diante da variação dos preços de diferentes produtos. A elasticidade resta tipificada pela dimensão da conduta dos agentes econômicos diante da alteração dos elementos de mercado e preços dos produtos, ou seja, a elasticidade afere a amplitude das reações das partes às oscilações de preços e rendimentos. A rapidez das condutas, por sua vez, resta denominada hodiernamente de viscosidade¹²⁹.

A extensão da sensibilidade das reações tomadas pelos consumidores diante da alteração de preços de bens e serviços espelha a elasticidade-preço, que nada mais é do que um índice “que se refere à amplitude das variações de quantidades

como daqueles traços da estrutura social a que se liga essa instituição da propriedade. A posse da riqueza confere honra; é uma distinção injusta. Essa afirmação, de tal modo convincente, não pode ser feita quanto ao consumo de bens, nem quanto a qualquer outro incentivo para sua aquisição; especialmente, ela não pode ser feita quanto a qualquer incentivo para a acumulação de riqueza” in VEBLEN, Thorstein. *A Teoria Da Classe Ociosa*, 1899. Disponível em <https://pt.scribd.com/doc/99544962/Thorstein-Veblen-A-Teoria-Da-Classe-Ociosa-1899>, p.16-17

¹²⁹ ARAÚJO, op. cit., p. 174.

procuradas que acompanham as variações de preços¹³⁰”, *i.e.*, trata-se de “um quociente entre a variação percentual das quantidades procuradas de um bem ou serviço e a variação percentual do respectivo preço”¹³¹, sendo considerado que há elasticidade quando o resultado de tal operação é superior a um e que há inelasticidade quando o resultado é inferior a um¹³². A elasticidade unitária, de valor igual a um, é a fronteira na definição da elasticidade de determinado produto, é quando a variação do preço é compensada proporcionalmente pela variação da procura em sentido contrário.

A elasticidade também pode apresentar-se de forma extrema: i) inelasticidade total ou rigidez total, quando o quociente é zero, demonstrando que a variação dos preços não gera efeito sobre a procura; ii) elasticidade perfeita ou infinita, quando o aumento dos preços acaba por afastar todos os consumidores, sendo gerado um novo mercado quando há baixa dos preços.

Diversos são os fatores pelos quais a sensibilidade dos preços resta afetada, dentre eles, critérios subjetivos no que tange à avaliação de cada indivíduo acerca de sua reação perante a alteração do valor do bem, restando a cada consumidor analisar as consequências de suas opções de consumo. Todavia, independentemente do critério subjetivo, pode-se apontar efeitos de caráter predominante na extensão da reação dos consumidores.

No âmbito do consumo de luxo, evidencia-se o “efeito do rendimento”, em que a sensibilidade é afetada de forma muito mais intensa quando as limitações de orçamento do indivíduo são atingidas: se há um aumento de preços, ao passo que não há um aumento de rendimento, o padrão de consumo será sacrificado de forma que diminuirá o consumo do bem cujo preço aumentou. O consumidor renunciará à compra de bens que antes “cabiam” em seu orçamento, em prol de outros que se mostram mais necessários.

¹³⁰ Idem.

¹³¹ Ibidem, p. 177.

¹³² Por exemplo: i) Quebra de vendas = 60%; Aumento de preços = 30% = $60/30 = 2$. Logo, tem-se grande elasticidade; ii) Quebra de vendas = 20%; Aumento de preços = 40% = $20/40 = 0,5$. Logo, tem-se procura pouco elástica.

Tal efeito também se relaciona com o valor do bem, haja vista que, quanto menor o valor e menor o peso atribuído ao objeto no orçamento de cada um, mais forte é a inelasticidade da procura. Resta evidenciado, pois, que o efeito-rendimento será menor quando ínfima for a limitação orçamental e que, por outro lado, mais decisivo será o efeito-rendimento, quando maior for o impacto econômico nas contas em razão do bem cujo preço subiu¹³³.

O efeito da substituição, por sua vez, demonstra que a elasticidade aumenta quando o consumidor tem a faculdade de substituir o bem cujo preço aumentou por outro que não sofreu com o mesmo aumento.

Outro efeito dominante no presente caso diz respeito à essencialidade das necessidades. Como o próprio nome pressupõe, a elasticidade é reduzida na seara dos bens obrigatórios à satisfação das necessidades primárias, à proporção que tende aumentar “até o limite do consumo que cada um possa ter do supérfluo”¹³⁴.

Intimamente relacionados com tal efeito estão os efeitos da substituição e do rendimento, tendo em vista que a essencialidade leva em conta a capacidade econômica e a liberdade na tomada das decisões econômicas de cada indivíduo. A análise da essencialidade abre a possibilidade de o consumidor abster-se do consumo de determinado produto. Dado o caráter de dispensabilidade do bem, há a possibilidade de que o consumidor não consuma outro bem similar a fim de substituir aquele cujo preço aumentou.

¹³³ “A elasticidade-renda da demanda de refeições feitas em casa é bem menor que 1: a medida que a renda familiar aumenta, a parcela da renda gasta com alimento consumido em casa diminui. Correspondentemente, quanto mais baixa a renda familiar, maior a proporção de renda gasta com alimentação consumida em casa. Em países pobres, muitas famílias gastam mais da metade de sua renda com comida consumida em casa. Enquanto a elasticidade-renda de refeições feitas em casa é estimada em menos de 0,5 nos Estados Unidos, as estimativas para ‘refeições fora de casa’ (refeições em restaurantes) são bem mais elevadas: perto de 1. Famílias com renda elevada vão comer fora mais frequentemente e em lugares mais sofisticados. Em 1950, cerca de 19% da renda nos Estados Unidos era gasta em alimentos consumidos em casa, número que baixou para 7% hoje em dia.” (KRUGMAN, Paul R.; WELLS, Robin. *Introdução a economia*. Trad. Helga Hoffmann. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007, p. 105).

¹³⁴ ARAÚJO, op. cit., p. 175.

Como efeito incidente sobre a elasticidade, tem-se, ainda, a perspectiva temporal, demonstrando que a elasticidade aumenta à proporção que se aumenta o tempo de reação do consumidor diante do aumento de preço. A disponibilidade temporal permite que o consumidor descubra alternativas para escapar do aumento de preço.

Nesse contexto, demonstra-se que, dada a elasticidade presente na relação comprador-fornecedor dos bens superiores, ou normais de luxo, cujo quociente de elasticidade é maior que um, ao tributar o consumo de luxo com fins redistributivos, o objetivo estatal seria deturpado e o encargo tributário acabaria não recaindo tão-somente sobre o consumidor endinheirado.

Tal afirmação é evidenciada se considerada a teoria da elasticidade inversa ou teoria do inverso da elasticidade, um dos desdobramentos dos estudos de Ramsey (1927), que dispõe que, sobre os bens de maior necessidade, ou seja, com a menor elasticidade-preço, deve recair uma maior onerosidade tributária, de forma a evitar que a reação do contribuinte, no que tange às quantidades demandadas de determinado produto, seja influenciada pelo aumento de preços.

O consumo pende a aumentar com o aumento do poder aquisitivo, demonstrando a relação entre consumo e rendimento, nesse cenário, do ponto de vista da essencialidade, espera-se que, com uma diminuição de rendimento, os consumidores abdicuem celeremente da compra de bens e serviços de luxo em favor da satisfação das necessidades mais básicas. A mesma argumentação é válida em sentido contrário, quando do aumento da renda, a aquisição de produtos luxuosos é ampliada em maiores proporções que os demais bens¹³⁵.

Em primeira instância, levando-se em conta a elasticidade inversa, conclui-se que tal teoria caracteriza-se pela injustiça, ao passo que os pobres estariam pagando uma fração maior de suas rendas em imposto, tendo em vista que o luxo seria menos tributado que os itens denominados de primeira necessidade, levando-se em conta que os bens de maior necessidade (menor elasticidade-preço) seriam

¹³⁵ ARAÚJO, op. cit., p. 183.

onerados com alíquotas maiores, enquanto que os bens de luxo, por exemplo, teriam menores alíquotas em razão da maior elasticidade-preço dos produtos e serviços.

Contudo, tal teoria não se mostra suficiente para demonstrar um resultado geral sobre o grau apropriado de seletividade dos impostos sobre consumo, haja vista que este se submete às particularidades de cada caso considerado. A estrutura ótima de tributação subordina-se ao conjunto de mecanismos que estão à disposição do governo para satisfação das necessidades arrecadatórias e redistributivas, bem como à maneira como os agentes econômicos e suas necessidades diferem entre si¹³⁶.

Nesse sentido, tem-se a regra da base ampla ou da suavização do imposto, que propõe a diminuição do peso morto por meio da tributação de uma variada gama de bens a uma alíquota moderada. Tal regra pressupõe que o peso morto é proporcional ao tamanho do encargo tributário incidente sobre determinado produto, mostrando-se preferível, então, que sobre mais produtos haja a incidência de imposto, porém com uma amplitude menor. A influência, no que tange ao comportamento dos agentes econômicos, estaria reduzida quando, a título de exemplo, ao invés de tributar um bem com alíquota de 20%, diversos bens fossem tributados com alíquota de 10%.

O acréscimo de peso morto gerado pelo aumento do ônus fiscal é denominado peso morto marginal e aumenta proporcionalmente ao crescimento da alíquota, *i.e.*, o acréscimo do peso morto tende a ser maior para níveis maiores de tributação. Na prática, o aumento de alíquota de 20% para 21% resulta em maior peso morto se comparado ao aumento de uma alíquota de 10% para 11%.

A aplicação isolada da regra da elasticidade inversa fere os princípios da justiça fiscal e tem implicações nefastas no âmbito da equidade, eis que a equidade vertical estaria violada ao passo que os mais ricos estariam sofrendo uma menor oneração fiscal. A oneração tributária sobre as transações inelásticas como forma de mitigar os problemas de ineficiência tributária poderia apresentar consequências muito piores do que aquelas que tentam ser por ela remediadas.

¹³⁶ SIQUEIRA; BARBOSA; op. cit., p. 45.

2.4 Oneração tributária nos bens de luxo

Se é aceito que os bens de luxo costumam ser dotados de maior elasticidade-preço do que sua produção, percebe-se que o encargo tributário acaba por recair sobre os produtores. Diante de um aumento substancial de preço gerado pela tributação, os consumidores, em geral, – se assumido que não ocorreu uma alteração na quantidade de dinheiro presente no sistema econômico –, não estarão dispostos a alterar as suas curvas de demanda com o objetivo de aceitar um preço maior para os bens de consumo. –

Os consumidores de artigos de luxo reagem mais às mudanças de preços, ou seja, a demanda é mais elástica e a curva da oferta é mais vertical (inelástica) que a curva da demanda. Tal relação tem como consequência a menor oneração tributária dos consumidores, haja vista que os produtores acabam por reter tal encargo com o objetivo de manter os níveis de demanda. Em suma, a parte da relação negocial que é mais elástica (reage mais ao imposto) paga menos imposto, eis que o tributo acaba por recair sobre o agente econômico menos elástico¹³⁷.

Dado que o bem de luxo é supérfluo, em caso de aumento substancial de preços decorrentes da tributação, o consumo pode ser retraído ou, até mesmo, extinto, acarretando, conseqüentemente, a perda de receitas por parte das empresas. Com o escopo de evitar a perda de procura, o produtor acaba por não repassar o ônus fiscal ao consumidor¹³⁸. O grau em que o tributo é repassado ao consumidor

¹³⁷ A elasticidade reflete a declividade das curvas de demanda e oferta, sendo, portanto, mais vertical, quanto maior a inelástica e mais horizontal quando maior a elasticidade.

¹³⁸ “Um exemplo real é o imposto sobre imóveis residenciais já construídos. Nos últimos anos, o preço da habitação dos bairros bons de muitas cidades aumentou, à medida que forasteiros mais ricos se mudam para esses bairros em um processo que foi chamado de “enobrecimento”, a transformação em bairro nobre. Algumas dessas cidades criaram impostos sobre vendas de imóveis residenciais, em um esforço para extrair dinheiro dos que chegam. Mas elas ignoram o fato de que a elasticidade da demanda de casas em determinada cidade muita vezes é alta, porque os compradores podem optar por outra cidade. Além disso, a elasticidade da oferta provavelmente é baixa, porque a maioria dos vendedores precisa vender suas casa, devido a fatores como transferência do emprego para outra localidade.

subordina-se às condições de mercado referentes à elasticidade-preço da oferta e da procura, consoante explicadas, bem como a relação de insumos tributáveis e não-tributáveis, número de etapas da cadeia produtiva e grau da piramidização dos preços¹³⁹, tendo em vista a chamada “transferência do imposto para trás”. O imposto é transferido “para trás”, na medida em que o produtor, em razão da elasticidade, evitar repassar o ônus fiscal ao consumidor final: o ônus tributário, então, é transferido diretamente para os proventos dos funcionários, bem como para os fornecedores de insumos produtivos, eis que maior será a “barganha” e negociações realizadas para que o preço final do produto possa manter-se com o menor prejuízo possível ao ofertante.

O peso morto (“*deadweight loss*”) gerado pela tributação decorre das decisões ineficientes na seara econômica, cujo objetivo é a fuga da tributação. Entre outros fatores, as perdas excedentes na tributação sobre o luxo são caracterizadas pela redução da demanda dos bens e serviços, o que acaba por influenciar de forma negativa não só os fornecedores, como também os consumidores. De forma sucessiva, por meio da potencial retração da produção decorrente da diminuição da demanda, há o encolhimento da arrecadação tributária. A ineficiência é proporcional à variação de quantidade induzida pelo imposto. A redução da receita dos impostos tem como consequência a criação de perdas na totalidade dos agentes econômicos.

Consoante anteriormente exposto, quanto maior a elasticidade da demanda-oferta de determinado produto, maiores serão os custos excessivos decorrentes dos encargos tributários. Os impostos sobre o consumo de luxo, em razão de sua natureza de dispensabilidade e alto valor, acabam por atingir graus de elasticidade elevados.

A absorção, por parte do produtor, das obrigações tributárias acabaria por afetar as camadas de rendimento baixo e médio da população, na medida em que essas compõem o setor produtivo. Ao compreender o impacto da elasticidade no mercado, entende-se que, ao onerar o pólo produtivo da relação consumerista, tem-se

Assim, os impostos sobre imóveis residenciais na versade são pagos principalmente pelos vendedores, e não pelos compradores ricos como imaginavam aquelas prefeituras.” (KRUGMAN, op. cit., p. 111).

¹³⁹ SAMPAIO, op. cit., p. 189.

como consequência imediata a criação de graves problemas sociais, ao passo que se verificará a redução dos salários dos empregados ou demissões¹⁴⁰. Num cenário mais extremista, pode-se verificar, até mesmo, o encerramento da unidade produtiva, o que levaria à perda de empregos em massa, gerando, assim, um ciclo de desemprego e carência generalizada.

A longo prazo, o encargo tributário gerará a desvalorização do capital dos produtores como resultado da redução da demanda dos produtos de luxo. Os trabalhadores das empresas afetadas terão, como consequência, seus salários reduzidos ou até mesmo serão despedidos, obrigando-os a procurar oportunidades de trabalho em outras áreas de atuação econômica. Nesse contexto, a maior oferta de mão-de-obra acabará por deprimir os salários dos demais setores de produção,

Em 1990, os Estados Unidos da América, esperando um aumento de receitas tributárias na casa de 31 milhões de dólares, aumentaram os impostos sobre bens de luxo, tais como iates, aviões, entre outros. Contudo, o aumento verificado foi de apenas 16 milhões, haja vista que o consumo diminuiu. Por outro lado, o desemprego acabou criando uma despesa de 24 milhões de dólares referentes ao gasto anual de subsídio pago àqueles que perderam seus empregos¹⁴¹. Em 1993, diante do fracasso

¹⁴⁰ O caso do telefone Solarin, considerado o dispositivo móvel mais seguro do mundo e vendido pela empresa israelense, Sirin Labs, por 14 mil dólares, expõe claramente as questões atinentes à elasticidade dos bens de luxo: “*So much for super-private, high-end phones for the super-rich? Sirin Labs, the startup that makes the Solarin, an Android-based smartphone released last May with a \$14,000 price tag and promise of extreme security for its owner, is laying off one-third, or 30, of its staff after seeing just \$10 million in sales since launch. The startup is now weighing up a pivot of the business to “new computing devices” according to its CEO. The news of the layoffs was confirmed to us directly by Sirin after Israeli paper Calcalist reported the layoffs (accurately) and that the Solarin was getting discontinued (not so accurate, says Sirin). (...) Sirin doesn’t disclose the number of Solarin devices that have been sold since it launched less than a year ago except to say that it’s the top-selling phone at Harrods, a high-end department store in London. Hoge however did tell me that the company has sales of just under \$10 million. Doing the math on this, it would work out to between 700 and 750 devices sold — a number that does not fit into the economy of scale that is the basis of the hardware industry today.*” (LUNDEN, Ingrid. Sirin maker of the solarin 14k smartphone cuts 30 staff. Tech Crunch, 2015. Disponível em: <<https://techcrunch.com/2017/03/15/sirin-maker-of-the-solarin-14k-smartphone-cuts-30-staff-and-weighs-pivot/>>

¹⁴¹ SOUZA, João Luís de.; VASCONCELLOS, Jorge. *As Crônicas da Vida Económica: Uma década na defesa da liberdade económica*. E-Book. Porto: Vida económica Editorial, 2016, p. 202. .

da tributação sobre os bens de luxo, o Congresso americano retrocedeu e realizou uma reforma tributária a fim de reduzir e até mesmo extinguir alguns dos impostos.

2.5 A Curva de Laffer

A forma como a taxa do imposto afeta a receita tributária foi demonstrada pelo economista Arthur Laffer, que, em 1974, por meio daquela que ficou conhecida como “Curva de Laffer”, demonstrou que determinada alíquota pode condicionar negativamente a receita tributária, ao passo que a redução da oneração fiscal imposta poderá representar um aumento na receita auferida pelo imposto. A relação inversa entre uma maior alíquota de imposto e as receitas fiscais arrecadadas não é nova, de modo que Adam Smith¹⁴², no século XVII, já argumentava que:

Impostos altos, às vezes pelo fato de reduzirem o consumo das mercadorias taxadas, às vezes por estimularem o contrabando, frequentemente trazem para o Governo uma receita inferior àquela que se poderia obter com impostos mais baixos. Quando a diminuição da receita é efeito da redução do consumo, só pode haver um remédio: diminuir o imposto¹⁴³. (SMITH, 1976, p. 33).

Percebe-se, pois, que, no caso dos impostos indiretos, a receita obtida pelo Estado será obrigatoriamente o produto do imposto pelo volume das transações cujo imposto incide, ou seja, o produto da taxa de imposto pela quantidade de artigos tributados. O imposto por artigo transacionado corresponde à perda de excedente de cada transação tributada, não ocorrendo, nesse aspecto, perda absoluta de eficiência.

¹⁴² SMITH, op. cit., p. 333.

¹⁴³ Cerca de um ano antes da introdução da Curva de Laffer nos Estados Unidos, também argumentava Richard Musgrave: “... ao se aplicar um imposto sobre vendas não se deve supor que por intermédio da elevação da alíquota tributária se possa aumentar indefinidamente a receita gerada pelo imposto. Ao invés disso, existe um nível de alíquota para o qual a receita é maximizada, de forma que qualquer incremento adicional nas alíquotas seria contraproducente...” (MUSGRAVE, op. cit., p. 388).

O problema, nesse caso, verifica-se, como já demonstrado, na retração do mercado, o que acaba por gerar a diminuição das transações passíveis de incidência fiscal¹⁴⁴.

O imposto é caracterizado pela “clivagem” entre o custo para os compradores e o rendimento para os vendedores, visto a limitação imposta sob os planos maximizadores de ambos os pólos da relação¹⁴⁵. Trata-se de uma “quebra” entre o custo marginal para a procura e benefício marginal para a oferta, denominada de “*tax wedge*”. Sendo a clivagem superior ao nível de bem-estar social gerado pela transação, não há justificação razoável para sua realização, exceto quando verificar-se, tanto do lado da oferta, como da procura, inelasticidade absoluta.

Em razão da perda de transações tributadas, o imposto acaba por não gerar uma receita correspondente à perda do excedente total que ele provoca, ou seja, carecerá o excedente que seria gerado diante da ausência de intervenção estatal nos incentivos ao consumo. Tal problema pode ser exemplificado pelos produtores e consumidores marginais, que apenas conseguem manter-se no mercado tangenciando, para cima ou para baixo, o preço de equilíbrio e acabam por serem “eliminados” das relações de mercado por qualquer perturbação no preço de equilíbrio.

Resta demonstrado, portanto, que a inevitável perda de eficiência instituída pelo imposto agrava-se na proporção em que se aumenta a carga tributária, sendo impossível o Estado reestabelecer os níveis de bem-estar na forma em que estavam fixados antes da imposição do encargo fiscal.

Nesse contexto, a Curva de Laffer assumiu papel relevante no meio acadêmico e de destaque no imaginário político, conduzindo a evolução da política conhecida como “economia do lado da oferta” ou “*supply-side*”, que sustenta que as políticas econômicas, em suma, devem dedicar-se a criar condições para elevação da produtividade com a mínima interferência possível, a fim de que ônus tributário diminua. Para o grupo dos economistas conhecidos por “*supply-side*”, uma boa

¹⁴⁴ MANKWIN, N. Gregory. *Principios de Economía*. Santa Fé: Cengage Learning, 2012, p. 156.

¹⁴⁵ ARAÚJO, op. cit., p. 237.

maneira de se estimular a economia seria a redução de alíquotas tributárias e tal medida poderia levar a aumentos na arrecadação¹⁴⁶.

Após os cortes de impostos preconizados por Reagan, nos Estados Unidos, em 1980, a Curva de Laffer submeteu-se à grande investigação acadêmica, tendo em vista que os resultados obtidos com a diminuição do encargo fiscal não ocorreram, haja vista que não houve o aumento de receitas. As pesquisas buscam definir onde as alíquotas tributárias estariam localizadas, sendo que a maioria dos artigos norte-americanos demonstra que, à época dos fatos, o sistema tributário estava na parte inicial da curva^{147/148}.

O mérito acerca da efetividade da curva apresentada por Laffer é recorrentemente debatido, haja vista que há fortes razões para crer que uma redução geral das alíquotas não diminua a receita tributária. Contudo, na seara de estudo do presente trabalho, qual seja, os indivíduos endinheirados, é facilmente verificável a “pura perda”. Tais agentes econômicos, por possuírem maior poder aquisitivo e, conseqüentemente, maior elasticidade no mercado de fatores, acabam por ter seus comportamentos alterados em razão de agravamentos dos encargos fiscais.

Partindo desse pressuposto e seguindo o entendimento de Adam Smith, a alta carga tributária incidente sobre o consumo de luxo pode prejudicar a iniciativa dos indivíduos e desencorajar o investimento em setores que poderiam gerar sustento e emprego para várias pessoas. Os empresários, ao serem tributados sobre o lucro, acabariam por colocar no mercado tão-somente a quantidade de produtos que pode

¹⁴⁶ PAES, Nelson Leitão. A Curva de Laffer e o imposto sobre produtos industrializados – evidências setoriais. In: *Cad. Fin. Públ.*, Brasília, n. 10, p. 5-22, dez. 2010.

¹⁴⁷ PAES, op. cit., p. 06.

¹⁴⁸ “A maior parte dos artigos se ocupa com a tributação sobre a renda do trabalho uma vez que esta foi a principal preocupação dos economistas “supply-side” e onde o governo norte-americano atuou mais efetivamente na redução de alíquotas na década de 1980. Porém, uma vasta literatura em economia do trabalho tem encontrado um impacto muito pequeno dos tributos sobre a oferta de trabalho, especialmente para os homens. É o caso dos artigos de Pencavel (1986), MacCurdy (1992), Heckman (1993) e Moffit e Wilhelm (2000), entre muitos outros. Os resultados apontam para uma baixa resposta da oferta de trabalho destes indivíduos a mudanças tributárias. Portanto, em relação à tributação sobre a renda do trabalho, a literatura sugere que a economia estaria na parte inicial da Curva de Laffer e que qualquer corte de tributos levaria a redução da arrecadação.” Idem.

ser vendida a um preço suficiente para que ocorra o reembolso do valor pego a título de ônus fiscal.

3 CONCLUSÃO

Chegado o final do nosso estudo, cumpre-nos apresentar as principais conclusões. Elas consistem na compilação dos pontos controversos que apontamos ao longo do trabalho, de modo a permitir uma análise final da problematização jurídico-econômica apresentada na introdução da presente dissertação:

- A política fiscal, além de gerar ao Estado as receitas necessárias para cobrir despesas públicas, também dá azo ao impulso à economia, bem como à redistribuição de renda. O conjunto de tais propósitos caracteriza o tributo, não só, mas também, como instrumento de dirigismo econômico com fim intervencionista em matéria econômica, social e política.

- Portanto, o imposto atua como ferramenta para estímulo ou desencorajamento de investimentos a determinados setores da economia, sendo utilizado como meio de manipulação de comportamentos econômicos. A aplicação do imposto pode ter efeitos genuinamente fiscais, visando o aumento geral das receitas públicas; bem como pode ter efeitos extrafiscais, quando da promoção de determinada reação previsível por parte dos tributados.

- Tendo em vista que a intervenção estatal tem o condão de influenciar o comportamento dos agentes econômicos, as políticas estatais devem ser implementadas de forma a ocasionar o mínimo de efeitos negativos para a sociedade (*“minimum loss to society”*), além de influenciar minimamente o sistema de formação de preços.

- A intervenção excessiva cria ineficiências no sistema econômico, eis que seus efeitos estão intimamente ligados à percepção dos agentes econômicos perante o mercado e sua coordenação eficiente. Há necessidade de identificar um meio-termo entre as perdas de eficiência decorrentes da intervenção estatal e entre a

parcela de intervenção pública indispensável ao desempenho da economia¹⁴⁹. Sem as receitas derivadas decorrentes da intervenção estatal, muitas falhas de mercado seriam perpetuadas, de forma a aumentar a insatisfação coletiva. Por outro lado, a tributação pode gerar retração da performance econômica e consequente perda do bem-estar¹⁵⁰.

- As falhas de mercado (“*market failures*”) são compreendidas como ineficiências na alocação de bens, geradas, precipuamente, pela presença de externalidades, informações assimétricas, instituições ineficientes, competição imperfeita, etc. A política tributária pode gerar falhas de mercado na medida em que é capaz de interferir na neutralidade econômica e, conseqüentemente, na escolha dos agentes.

- O quadro mostra-se ainda mais complexo quando ponderamos que, por um lado, como, por exemplo, quando há perdas absolutas de bem-estar, verifica-se excesso de tributação e, por outro, essa mesma carga tributária mostra-se módica, gerando a necessidade de adoção de uma política orçamental deficitária, consoante estudaremos adiante no presente trabalho.

- Nesse contexto, definir a extensão da carga tributária é tarefa custosa, sendo um dos maiores desafios econômicos a serem superados, não somente em razão da inevitável perda de eficiência na atividade econômica, como também em razão da justiça tributária.

- A reflexão acerca da efetivação de um sistema tributário ideal deve ser encarada pela Administração como ponto basilar, tendo em conta a necessidade de justificação de tal encargo imposto à sociedade, bem como pela necessidade de promoção paritária da distribuição do montante arrecadado.

¹⁴⁹ Acerca do tema, Mackaay e Rousseau, op. cit., p. 160: “Se o poder estatal pode ser, na origem, criado para atender ao interesse geral, seja para defesa, manutenção da ordem pública no seio do grupo, seja para a realização e grandes obras coletivas como sistemas de irrigação, plausível que sobreviva a essas causas, sendo empregado para redistribuir a riqueza à pessoas que não a merecem, o que se faz a pretexto do interesse geral.”

¹⁵⁰ ARAÚJO, op. cit., p. 520.

- Embora um sistema tributário seja considerado eficiente na medida em que, para a destinação de recursos, seja mínima a interferência estatal sobre o comportamento dos indivíduos, há de se admitir que as condições obrigatórias para o alcance de uma perfeita situação paretiana excepcionalmente serão satisfeitas, devendo, pois, a análise da tributação ótima dedicar-se à teoria do segundo melhor .

- O comportamento dos agentes econômicos, cuja tendência é evitar o encargo financeiro imposto pelo Estado, representa a distorção gerada no âmbito tributário, que implica no peso morto, que acaba por atuar como uma espécie de medida para auferição da ineficiência de um imposto.

- Equilibrar eficiência e justiça é preciso, pois se refere ao conflito entre incentivar a criação de riqueza e os princípios de solidariedade e justiça social tão necessários em uma sociedade coesa e que se preocupa com os seus membros.

- A crença de que a solução mais simples, direta e moralmente persuasiva para diminuir a desigualdade social reside na máxima “tirar dos ricos e dar aos pobres”. Tal afirmação não se mostra totalmente equivocada, contudo, a abordagem da promoção da justiça social a fim de diminuir a desigualdade entre os integrantes da sociedade não pode ser levada a cabo a qualquer custo, haja vista as nefastas consequências das ações destinadas ao combate à pobreza desacompanhadas de análise no âmbito da eficiência econômica.

- Nesse contexto, a ideia de que os problemas sociais podem ser eliminados com o aumento máximo dos impostos deve ser debatida, haja vista que, em determinadas situações, o corte do ônus tributário, ao representar maior eficiência econômica, contribui para a justiça social.

- A justiça ou equidade, bem como a eficiência, aparecem como características desejáveis em todo sistema tributário. Nesse sentido, a doutrina econômica apresenta duas concepções distintas acerca da justiça, quais sejam: justiça horizontal e justiça vertical.

- A maior parte das formas de tributação do rendimento adota a tributação progressiva como forma de justiça, de forma que o pagamento dos

impostos seja proporcional ao rendimento de cada um, ou seja, os mais ricos pagam mais, enquanto os mais pobres pagam menos, ocorrendo uma progressividade maior nas taxas marginais do que nas taxas médias com o escopo de discriminar os ricos, ao passo que esses, em tese, teriam uma parcela maior de seus patrimônios comprometida em razão da relação de proporcionalidade entre os patrimônios de cada indivíduo e a porcentagem de incidência da tributação sobre ele.

- Sendo assim, a taxação progressiva pode parecer um eficiente mecanismo de diminuição das desigualdades sociais, ocorre que, ao estudá-la mais de perto, verifica-se que tal modelo de tributação acaba por carregar consigo uma gama de complexas normas e procedimentos, ocasionando grande dificuldade na interpretação e no cumprimento da obrigação tributária. Quanto maior a complexidade de determinado regime fiscal, maiores os custos de acatamento suportados pelo contribuinte e pela própria administração tributária.

- Na prática, a discriminação acaba por ser favorável aos contribuintes mais ricos e desfavorável aos mais pobres. De forma contraditória, ao invés de promover a justiça social, a progressividade acaba por incentivar que os ricos fujam da tributação por meio do planejamento fiscal, disfarces em forma de pessoas jurídicas, fuga de recursos para paraísos fiscais ou por meio de manobras de corrupção proporcionadas por esquemas que advêm da própria Administração Pública.

- O discurso acerca dos impostos sobre grandes fortunas, que os caracteriza como forma essencial para satisfação da justiça social, oculta uma gama muito mais complexa de questões a serem analisadas, que culminam, de forma contraditória, no aumento do ônus fiscal que recai sobre as camadas mais baixas da sociedade.

- Nesse contexto, o imposto sobre grandes fortunas é espécie de “figura repetida” no período pré-eleitoral, sendo apresentado em todas as oportunidades de forma simplista a fim de convencer o eleitor-médio da sua importância. Esse pensamento ignora o fato de que o mecanismo livre da oferta e da procura acaba por gerar comportamentos que vão de encontro ao previsto legalmente. A interpretação isolada da esfera jurídica mostra-se completamente equivocada, eis que o mercado,

de per se, por meio do comportamento econômico da sociedade, altera a intenção com a qual a determinação tributária foi criada.

- Não se mostra desejável que o imposto sobre as fortunas tenha uma gradação acentuada demais. A parcela mais endinheirada dos eleitores acaba por desenvolver resistência ao pagamento de altos níveis de imposto. A tendência à ocultação de informações por parte dos contribuintes acerca de seus bens passíveis de tributação gera uma assimetria informativa que se mostra como um dos principais entraves no que tange à aplicação do imposto sobre grandes fortunas.

- Quanto maior a dificuldade de compreensão da imposição tributária, como no caso do imposto que recai sobre grandes fortunas, maior o nível de ineficiência. Ao exigir que o contribuinte solucione o emaranhado legislativo, o Estado acaba por premiá-lo, ao permitir que zonas cinzentas, passíveis de múltiplas interpretações, bem como lacunas legislativas, sejam preenchidas de forma a diminuir a oneração tributária ou, até mesmo, extinguir tal ônus.

- Em que pese o nobre ímpeto dos favoráveis¹⁵¹ ao imposto de seguir a conduta de “Robin Wood”, esquecem esses que os custos administrativos, bem como aqueles decorrentes da corrupção, podem significar a extinção do propósito redistributivo, eis que a receita auferida da tributação sobre as grandes fortunas poderá ser utilizada tão somente para sustentar a complexa estrutura burocrática estatal. Trata-se de infeliz incoerência, em que o combate à desigualdade acaba por ser fomentado pelo que deveria reduzi-la.

- Ademais, a oneração tributária sobre as grandes fortunas acaba por aumentar os índices de evasão fiscal, consoante celebrado pela Curva de Laffer. Não sendo certo presumir, portanto, que altos impostos representem uma maior arrecadação tributária.

¹⁵¹ Sobre o assunto, GORDON e RUDNICK, OP. CIT., p. 08: “*One argument is that, for wealth taxes to collect a substantial amount of revenue, they would have to be so onerous as to either create insurmountable political opposition or result in substantial negative economic effects. Therefore, some have suggested that wealth taxes probably need to be justified largely for social and political reasons, rather than simply for revenue reasons. However, if the cost of administering a wealth tax can be minimized, even relatively small amounts of revenue can be important to countries suffering from deficits.*”

- No âmbito da tributação sobre o consumo, em regra, o ônus tributário recai sobre o contribuinte de fato e não sobre o contribuinte de direito. Tal definição conduz à conclusão de que o imposto indireto tem o condão de repercutir no preço final repassado ao consumidor, pois o contribuinte de direito, que atua como um agente intermediário, apura e recolhe o tributo, mas não suporta o encargo financeiro. Excepcionalmente, o contribuinte de fato retém o encargo da tributação de forma a controlar o aumento de preço do bem ou serviço ofertado.

- A tributação sobre o consumo de luxo, de certa forma, é incentivada em razão da fantasiosa sensação de que, por serem bens “supérfluos” e consumidos por indivíduos de alto poder aquisitivo, o imposto cumpriria os objetivos da justiça redistributiva, como uma espécie de “recompensa” à parcela mais pobre da sociedade que não possui acesso a tais bens. Nesse caso, o escopo da tributação é visto com um caráter moralizador e social.

- Contudo, em que pese esse que possa parecer o cenário ideal na relação tributária do consumo de luxo, deve-se ter em conta que as condutas governamentais acabam por induzir os participantes do mercado a determinadas condutas que acabam por caracterizar a “elasticidade da procura”.

- A extensão da sensibilidade das reações tomadas pelos consumidores diante da alteração de preços de bens e serviços espelha a elasticidade-preço, que nada mais é do que um índice que se refere à amplitude das variações de quantidades procuradas que acompanham as variações de preços.

- Diversos são os fatores pelos quais a sensibilidade dos preços resta afetada, dentre eles, critérios subjetivos no que tange à avaliação de cada indivíduo acerca de sua reação perante à alteração do valor do bem, restando, a cada consumidor, analisar as consequências de suas opções de consumo. Todavia, independentemente do critério subjetivo, pode-se apontar efeitos de caráter predominante na extensão da reação dos consumidores.

- No âmbito do consumo de luxo, evidencia-se o “efeito do rendimento”, em que a sensibilidade é afetada de forma muito mais intensa quando

as limitações de orçamento do indivíduo são atingidas: se há um aumento de preços, ao passo que não há um aumento de rendimento, o padrão de consumo será sacrificado de forma que diminuirá o consumo do bem cujo preço aumentou. O consumidor renunciará à compra de bens que antes “cabiam” em seu orçamento, em prol de outros que se mostram mais necessários.

- Nesse contexto, demonstra-se que, dada a elasticidade presente na relação comprador-fornecedor dos bens superiores, ou normais de luxo, ao tributar o consumo de luxo com fins redistributivos, o objetivo estatal seria deturpado e o encargo tributário acabaria não recaindo tão-somente sobre o consumidor endinheirado.

- Diante de um aumento substancial de preço gerado pela tributação, os consumidores, em geral, – se assumirmos que não ocorreu uma alteração na quantidade de dinheiro presente no sistema econômico – não estarão dispostos a alterar as suas curvas de demanda com o objetivo de aceitar um preço maior para os bens de consumo.

- Os consumidores de artigos de luxo reagem mais às mudanças de preços, ou seja, a demanda é mais elástica e a curva da oferta é mais vertical (inelástica) que a curva da demanda. Tal relação tem como consequência a menor oneração tributária dos consumidores, haja vista que os produtores acabam por reter tal encargo com o objetivo de manter os níveis de demanda.

- A absorção, por parte do produtor, das obrigações tributárias, acabaria por afetar as camadas de rendimento baixo e médio da população, na medida em que essas compõem o setor produtivo. Ao compreender o impacto da elasticidade no mercado, entende-se que, ao onerar o pólo produtivo da relação consumerista, tem-se como consequência imediata a criação de graves problemas sociais, ao passo que se verificará a redução dos salários dos empregados ou demissões.

- Num cenário mais extremista, pode-se verificar, até mesmo, o encerramento da unidade produtiva, o que levaria à perda de empregos em massa, gerando, assim, um ciclo de desemprego e carência generalizada.

- A longo prazo, o encargo tributário gerará a desvalorização do capital dos produtores como resultado da redução da demanda dos produtos de luxo. Os trabalhadores das empresas afetadas terão, como consequência, seus salários reduzidos ou até mesmo serão despedidos, obrigando-os a procurar oportunidades de trabalho em outras áreas de atuação econômica. Nesse contexto, a maior oferta de mão-de-obra acabará por deprimir os salários dos demais setores de produção.

- Nesse contexto, a ideia de que os problemas sociais podem ser eliminados com o aumento máximo dos impostos deve ser debatida, haja vista que, em determinadas situações, o corte do ônus tributário, ao representar maior eficiência econômica, contribui para a justiça social.

- A eficiência requer desigualdade de resultados, ao passo que a justiça requer, no mínimo, igualdade de oportunidades e, entre ambos, procura-se a harmonização do critério redistributivo.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

- ABRÃO, Carlos Henrique. Imposto sobre grandes fortunas no direito comparado. In: MARTINS, Ives Granda da Silva. (Coord.). *Direito Tributário e Reforma do Sistema*. São Paulo: Editora dos Tribunais, 2003, p. 108.
- ACKERMAN, BRUCE. Tributação e Constituição. Trad. Fernando Alves Gomes. *Revista Internacional de Direito Tributario*. v. 1, p. 1-72, jan/jun. 2005.
- ALBUQUERQUE, Raíssa Carvalho Fonseca. *Da omissão legislativa na instituição do Imposto sobre Grandes Fortunas*. Brasília-DF: Conteúdo Jurídico, 26 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.47163&seo=1>>. Acesso em: 28 mar. 2016.
- ALMEIDA, Anibal. *Teoria Pura da Imposição*. Coimbra: Almedina, 2000.
- AMEDEI NETO, A. Imposto sobre as grandes fortunas. In: CATTANI, A; OLIVEIRA, M. (Orgs.). *A sociedade justa e seus inimigos*. Porto Alegre, 2012.
- ARAÚJO, Fernando. *Introdução à Economia*. 3. ed. Coimbra: Almedina, 2012.
- ARPIZIO, Cláudia; LEVATO, Federica; ZITO, Daniele *et al.* *Luxury Goods Worldwre Market Study*. Fall Winter, 2016. Disponível em: <http://www.bain.com/Images/REPORT_Luxury_Goods_Worldwide_Market_Study_2016.pdf>
- ATKINSON, A.; STIGLITZ, J. E. The design of tax structure: direct versus indirect taxation. *Journal of Public Economics*, v. 6, p. 56, 1976. Disponível em: <[http://eml.berkeley.edu/~saez/course/AtkinsonStiglitz_JPubE\(1976\).pdf](http://eml.berkeley.edu/~saez/course/AtkinsonStiglitz_JPubE(1976).pdf)>
- BALEEIRO, Aliomar. *Uma Introdução à Ciência das Finanças*. 17. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2010.
- BASTOS, Celso Ribeiro; MARTINS, Ives Gandra da Silva. *Comentários à constituição do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988*. 2. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2001.
- BAYOD, R. G.; *Los impuestos sobre el lujo*. Madrid: Editorial de Direito Financeiro, 1963.
- BEARDEN, W. O., & ETZEL, M. J. Reference group influence on product and brand purchase decisions. *Journal of Consumer Research*, vol. 9, 2, 183-194, 2002.
- BECKER, Alfredo Augusto. *Teoria geral do direito tributário*. 4. ed. São Paulo: Noeses, 2006.

BERGGREN, Niclas; KARLSON, Nils. *Constitutionalism, Division of Power and Transaction Costs*. Disponível em: <<http://ratio.se/app/uploads/2003/02/constitutionalism-division-of-power-and-transaction-costs.pdf>>

BERGOGLIO, Jorge (Papa Francisco). *Homilia da Missa do Galo*, 25 dez. 2016. Disponível em: <http://br.radiovaticana.va/news/2016/12/25/_papa_na_missa_do_galo_%E2%80%99Cdeixar_as_ilus%C3%B5es_do_ef%C3%AAmero%E2%80%9D/1281585>

BERRY, Christopher J. *The Idea of Luxury: A Conceptual and Historical Investigation (Ideas in Context.)* New York: Cambridge University Press, 1994.

Blanchard, O. J; FISCHER, S. *Lectures on Macroeconomics*. MIT Press: Cambridge, Massachusetts. 1989.

BORGES, José Souto Maior. *Introdução ao Direito Financeiro*. São Paulo: Max Limonad, 1998

BRASIL. *Diário do Congresso Nacional (Seção II)*, de 24.8.89, p. 3063. Diário Oficial, Brasília, 1989.

BRASIL. MINISTÉRIO DA FAZENDA. *Estudos Tributários e Aduaneiros*. Brasília: Receita Federal, mar. 2002. Disponível em: <<https://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/estudos-diversos/progressividade-no-consumo>>

BRITO, Edvaldo. *Direito tributário e constituição - estudos e pareceres*. São Paulo: Atlas Jurídico, 2016.

BUCHANAN. James M. *Custo e escolha uma indagação em teoria econômica*. Trad. Luiz Antonio Pedroso Rafael. São Paulo: Inconfidentes, 1993.

BUCHANAN, James. *The Demand and Supply of Public Goods*. Item 5.8.9. Disponível em: <<http://www.econlib.org/library/Buchanan/buchCv5.html>>

CALIENDO, Paulo. *Direito tributário e análise econômica do direito*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

CARVALHO, Paulo de Barros. *Curso de Direito Tributário*. São Paulo: Saraiva, 2012.

CARVALHO, Pedro H. B. De. As discussões sobre a regulamentação do Imposto sobre Grandes Fortunas: a situação no Brasil e a experiência internacional. Nota Técnica – IPEA. 2011

COMERLATO, Marília Bachi; GIORA, Milena Faria Derato. Imposto sobre grandes fortunas: é possível? *Revista Tributária e de Finanças Públicas*, São Paulo, v. 23, n. 121, p. 191205, mar./abr. 2015.

CORSATTO, Olavo Nery. Imposto sobre grandes fortunas. *Revista de Informação Legislativa*. Brasília: Subsecretaria de edições técnicas do senado federal, n. 146, 2000.

CURTY, Leonardo de Menezes. A falácia do imposto sobre grandes fortunas como instrumento determinante para a promoção da Justiça Fiscal. *Revista Tributária e de Finanças Públicas*, São Paulo, v. 17, n. 88, p. 137162, set./out. 2009.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos da Teoria Geral do Estado*. 26. ed. São Paulo, Saraiva, 2007.

DEODATO, Alberto. *Manual de Ciência das Finanças*. 13. ed., São Paulo: Saraiva, 1973.

DWORKIN, Ronald. *Uma questão de princípio*. Trad. Luís Carlos Borges Martins. Fontes: São Paulo, 2000.

ENGISCH, Karl. *Introdução ao pensamento jurídico*. 9.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

Economic Report of the President – ERP. Transmitedo ao Congresso Americano em fevereiro de 2004. *Washington DC*: United States Government Printing Office, 2004.

FARIAS, José Fernando de Castro. *Ética, Política e Direito*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL – FMI; BANCO MUNDIAL – BM. *Objetivos de desenvolvimento numa era de mudanças geográficas*. Relatório de Monitoramento Global 2015/2016. Estados Unidos: Compêncio, 2016, 36p. Disponível em: <<http://pubdocs.worldbank.org/en/919011444230139793/GMR-Overview-and-Exec-Summary-Portuguese.pdf>>

GONÇALVES, Everton das Neves; STELZER,, Joana. *Princípio da eficiência econômico-social no direito brasileiro: a tomada de decisão normativo-judicial*. Florianópolis: Sequência, 2014.

HAYEK, John. *The Constitution of liberty*. The Definitive Edition. Chicago Press, 2011. Disponível em: <<http://14.139.206.50:8080/jspui/bitstream/1/2397/1/Hayek,%20F.A.%20-%20The%20Constitution%20of%20Liberty.pdf>> Acesso em:

INFOPÉDIA. *Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico* [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2017. Disponível

em: <<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/luxo>> Acesso em: 6 abr. 2017.

HUME, David. *A Treatise of Human Nature*. Disponível em: <<https://archive.org/details/treatiseofhumann002393mbp>>

OXFAM BRASIL. *A economia para o um por cento*. Documento Informativo da Oxfam: Davos, jan. 2016. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/relatorio_davos_2016>

JABERG, Samuel. A caça aos estrangeiros ricos é um esporte mundial. *WSIINFO*, 2014. Disponível em: <http://www.swissinfo.ch/por/privil%C3%A9gios-fiscais_a-ca%C3%A7a-aos-estrangeiros-ricos-%C3%A9-um-esporte-mundial/41096966>

KERMEESTER, Heico. Methodology: General. In: DE GEEST, G.; BOUCKAERT, B. *Encyclopedia of Law and Economics*. v. I-IV. Disponível em <<http://encyclo.findlaw.com>>, p. 386-388.

KRUGMAN, Paul R.; WELLS, Robin. *Introdução à economia*. Trad. Helga Hoffmann. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

LAGEMANN, Eugenio. Tributação Ótima. In: *Ensaaios FEE*, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 403-426, 2004.

LEHNER, Moris. Consideração econômica e tributação conforme a capacidade contributiva: sobre a possibilidade de uma interpretação teleológica de normas com finalidades arrecadatórias. In: SCHOUERI, Luís Eduardo; MURILLO, Fernando Aurelio Zilveti Arce (coord.). *Direito tributário: estudos em homenagem a Brandão Machado*. São Paulo: Dialética, 1998.

LEMGRUBER, Andréa. A tributação do capital: o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e o Imposto sobre Operações Financeiras. In: BIDERMAN, Ciro; ARVATE, Paulo (orgs.). *Economia do Setor Público no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

LOPES, Elizabeth; ARAÚJO, Carla. Luciana defende imposto sobre grandes fortunas. *O Estado de São Paulo*. São Paulo: Estadão, 22 ago. 2014. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,luciana-defende-imposto-sobre-grandes-fortunas,1548140>>

LUNDEN, Ingrid. Sirin maker of the solarin 14k smartphone cuts 30 staff. *Tech Crunch*, 2015. Disponível em: <<https://techcrunch.com/2017/03/15/sirin-maker-of-the-solarin-14k-smartphone-cuts-30-staff-and-weighs-pivot/>>

MACHADO, Hugo de Brito. Imposto sobre grandes fortunas – Sistema tributário na nova constituição do Brasil. São Paulo: Resenha Tributária, co-edição da Academia Brasileira de Direito Tributário, 1988.

MACHADO, Hugo de Brito. *Curso de direito tributário*. 28 ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

MACKAAY, Ejan; ROUSSEAU, Stéphane. *Análise econômica do direito*. Trad. Rachel Sztajn. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MANKWIN, N. Gregory. *Principios de Economía*. Santa Fé: Cengage Learning, 2012

MANKIW, Gregory; TAYLOR, Mark. *Economics*. 3. ed. Cengage Learning, 2014

MARTÍNEZ, Pedro Soares. *Economia Política*, 11. ed., Coimbra: Almedina, 2010.

MARTINS, Ives Gandra, *Comentários à Constituição do Brasil*, São Paulo: Saraiva, 1990

MARTINS, Marcelo. *Tributação, Propriedade e Igualdade Fiscal*. São Paulo: Elsevier, 2011.

MARTINS, Guilherme Waldemar d'Oliveira. *A Despesa Fiscal e o Orçamento do Estado no Ordenamento Jurídico Português*. Coimbra, Almedina, 2004.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 28. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de direito administrativo*. 27. ed. rev. atual. São Paulo: Malheiros, 2010.

MILL, John Stuart. *On Liberty*. Ontario: Batoche Books, 1859. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/mc000210.pdf>>

MORAES, Allan. O imposto sobre grandes fortunas no Brasil e o Projeto de Lei Complementar 277/2008. *Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais*, São Paulo, v. 14, n. 51, jan. /mar. 2011.

MOTA, Sérgio F. *Imposto sobre grandes fortunas no Brasil*. Florianópolis: Insular, 2011.

MUSGRAVE, Richard A. *Teoria das Finanças Públicas*. São Paulo: Atlas, 1974.

MUSGRAVE, Richard A. *The Theory of Public Finance*. New York: McGraw-Hill, 1959.

MUSGRAVE, Richard e MUSGRAVE, Peggy. *Public Finance in Theory and Practise*. 5. ed. Nova York: McGraw-hill, 1989.

OLIVEIRA, Ricardo Mariz de. Planejamento tributário: Elisão e evasão fiscal, Norma Antielisão e Norma Antievasão. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva. (Coord.). *Curso de direito tributário*. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. *Principais fatos*: objetivos de desenvolvimento sustentável. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/principais-fatos/>>

OXFAM BRASIL. *A economia para o um por cento*. Documento Informativo da Oxfam: Davos, jan. 2016. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/relatorio_davos_2016>

PAES, Nelson Leitão. A Curva de Laffer e o imposto sobre produtos industrializados – evidências setoriais. In: *Cad. Fin. Públ.*, Brasília, n. 10, p. 5-22, dez. 2010.

PESSOA, Leonel C. O princípio do benefício como critério da justiça tributária: as diferentes interpretações. In: XVII ENCONTRO PREPARATÓRIO PARA O CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 2008, Salvador. *Anais...* Salvador: CONPEDI, 2008.

PEREIRA, Paulo Trigo. *Economia e Finanças Públicas: Da Teoria à Prática*. 4. ed. Coimbra: Almedina, 2013.

PEREIRA, Paulo Trigo. A teoria da escolha pública (public choice): uma abordagem neoliberal? In: *Análise Social*. v. 32, n. 141, 1997.

PERES, Clovis Belbute. Imposto sobre grandes fortunas: questões controvertidas 25 anos após a promulgação da constituição cidadã; Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

PICKETI, Thomas. *O Capital no Século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014

POSNER, Richard. *Economic Analysis of Law*. New York: Aspen Law & Business, 1977

POSNER Richard. *Fronteiras da teoria do direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2011

PUVIANI, Alecanre. *Teoria della illusione finanziaria*, Remo Sandron, 1903.

RAWLS, John. *Uma teoria da Justiça*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

RODRIGUES, Maria Cristina Pacheco. *Contributo fiscal para a sustentabilidade dos comuns*. Lisboa: Almedina, 2013.

ROMER, D. *Advanced Macroeconomics*. McGraw: Hill, 1996.

ROTH, Timothy P. *The Ethics and the Economics of Minimalist Government*. Cheltenham: Elgar, 2002.

RUDNICK, Rebecca S. e GORDON, Richard K. Taxation of Welth. In: *Tax Law Design and Drafting*, volume 1; International Monetary Fund: 1996; Victor Thuronyi, ed. RUDNICK, Rebecca S.; GORDON, Richard K. Taxation of Welth. In: *Tax Law Design and Drafting*. v. 1. International Monetary Fund: 1996.

SACHSIDA, Adolfo. *Como os impostos afetam o crescimento econômico*. Brasília: Brasil Economia e Governo, 2011.

SAMPAIO, Maria da Conceição. *Tributação do consumo no Brasil: aspectos teóricos e aplicados in economia do setor público*. São Paulo: USP, 2010.

SANTOS, João Victor Guedes. *Teoria da tributação e tributação da renda nos mercados financeiro e de capitais: entre a equidade e a eficiência; entre a capacidade contributiva e a indução*. 2012. Dissertação (Mestrado em Direito Econômico e Financeiro) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/D.2.2012.tde-20032013-140006.

SANCHES, J.L. Saldanha. *A quantificação da obrigação tributária: Deveres de cooperação, autoavaliação e avaliação administrativa*. 2. ed. Lisboa: Lex, 2000.

Sanches, José Luís Saldanha. *Manual de Direito Fiscal*, 2. ed. Coimbra, Coimbra Editora, 2002.

SANTINONI, VERA. The Social Function of Property Rights in Brazil. In: X Conferência Latino Americana e do Caribe em Direito e Economia, mai. 2016. *Anais...* Buenos Aires, Argentina. 2006.

SANTOS, João Victor Guedes. *Teoria da tributação e tributação da renda nos mercados financeiro e de capitais: entre a equidade e a eficiência; entre a capacidade contributiva e a indução*. 2012. Dissertação (Mestrado em Direito Econômico e Financeiro) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SCHOUERI, Luís Eduardo; MURILLO, Fernando Aurelio Zilveti Arce (coord.). *Direito tributário: estudos em homenagem a Brandão Machado*. São Paulo: Dialética, 1998.

SIMÕES, José Martinho. *Finanças: despesas públicas, crédito público, dívida pública, domínio fiscal, taxas, imposto, contribuições, predial, industrial, de juros e de registo, orçamento*. Coimbra: Neves, 1920.

SIQUEIRA, Rozane Bezerra de. NOGUEIRA, José Ricardo. BARBOSA, Ana Luiza de Holanda. Teoria da tributação ótima. In: BIDERMAN, Ciro; AVARTE, Paulo. (Orgs.). *Economia do Setor Público no Brasil*. São Paulo: Campus, 2005.

SIQUEIRA, Rozane Bezerra de. NOGUEIRA, José Ricardo. BARBOSA, Ana Luiza de Holanda. *Imposto ótimo sobre o consumo: resenha da teoria e uma aplicação ao caso brasileiro*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001 (Texto para Discussão, 811).

SLEMROD, J.; KOPCZUK, W. The optimal elasticity of taxable income. *Journal of Public Economics*, 84(1), 2002.

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua natureza e sua causa*. Trad. Luiz João Baraúna. 2 vols. São Paulo, Nova Cultural, 1976.

SOUZA, Hamilton Dias. *A Constituição Brasileira, Interpretações*. São Paulo: Forense Universitária

SOUZA, João Luís de.; VASCONCELLOS, Jorge. *As Crônicas da Vida Económica: Uma década na defesa da liberdade económica*. E-Book. Porto: Vida económica Editorial, 2016.

STIGLITZ, Joseph E. *Economics of the Public Sector*. 3. ed. Nova York/Londres: W.W. Norton and Company, 1999.

TILBURY, Henry. Reflexões sobre a tributação do patrimônio. In: *Imposto de renda - estudos 4*. São Paulo: Ed. Resenha Tributária, 1987.

TORRES, Ricardo Lobo. Imposto sobre grandes fortunas no direito comparado. P. 96- 107 In: MARTINS, Ives Granda da Silva. (Coord.). *Direito Tributário e Reforma do Sistema*. São Paulo: Ed. dos Tribunais, 2003.

TORRES, Ricardo Lobo. Legalidade tributaria e riscos sociais. *Revista Dialética de Direito Tributário*, São Paulo: Oliveira Rocha, n. 59, ago. 2000.

TRUFFI, Renan. Entrevista a Amir Khair. *Carta Capital*. São Paulo, 3 mar. 2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/economia/imposto-sobre-grandes-fortunas-renderia-100-bilhoes-por-ano-1096.html>>

VANNI, Icilio. *Lições de Filosofia do Direito*. São Paulo: Pocaí Weiss, 1916

VASQUEZ, Sérgio. *Os impostos especiais de consumo*. Coimbra: Coimbra editora, 2001.

VEBLER, Thorstein. *A Teoria Da Classe Ociosa*, 1899. Disponível em <<https://pt.scribd.com/doc/99544962/Thorstein-Veblen-A-Teoria-Da-Classe-Ociosa-1899>>

VIEIRA, Sérgio Túlio Santos. A aplicação da teoria da justiça à tributação sobre o patrimônio e a renda. *Revista de Direito do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 88, p. 13-34, jul. /set. 2011.

VILLAS-BÔAS, Marcos de Aguiar. A teoria da tributação ótima aplicada ao sistema brasileiro: Parte 1 – “The Wealth of Nations” de Adam Smith. *Revista de Direito*, Salvador: UNIFACS, n. 181, jul. 2015.

VILLAS-BÔAS, Marcos de Aguiar. A teoria da tributação ótima aplicada ao sistema brasileiro: Parte 2– completar. *Revista de Direito*, Salvador: UNIFACS, n. 182, ago. 2015.

VILLAS-BÔAS, Marcos de Aguiar. A teoria da tributação ótima aplicada ao sistema brasileiro: Parte 3 – completar. *Revista de Direito*, Salvador: UNIFACS, n. 183, set. 2015.

VILLAS-BÔAS, Marcos de Aguiar. A teoria da tributação ótima aplicada ao sistema brasileiro: Parte 4 – completar. *Revista de Direito*, Salvador: UNIFACS, n. 184, out. 2015.

VILLAS-BÔAS, Marcos de Aguiar. A teoria da tributação ótima aplicada ao sistema brasileiro: Parte 5 – completar. *Revista de Direito*, Salvador: UNIFACS, n. 185, nov. 2015.

VILLAS-BÔAS, Marcos de Aguiar. *A teoria da tributação ótima: Passado, Presente e Futuro*. Disponível em: <<https://marcosvillasboas.wordpress.com/2016/11/01/teoria-da-tributacao-otima-passado-presente-e-futuro/>>, 2016.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Brasília: Editora da UNB, 2009.

WICKSELL, K. *A new principle of just taxation*. Finanztheoretische Untersuchungen, Jena. Trad. Buchanan, 1896. Disponível em: <https://link.springer.com/chapter/10.1007%2F978-1-349-23426-4_6#page-1>